



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

WILLIAM MATHEUS SILVA MARÇAL

A ESFERA PÚBLICA NA ERA DIGITAL E SEUS DILEMAS POLÍTICOS

BRASÍLIA

2021

A ESFERA PÚBLICA NA ERA DIGITAL E SEUS DILEMAS POLÍTICOS

WILLIAM MATHEUS SILVA MARÇAL

Monografia apresentada como pré-requisito para a obtenção do título de bacharel em Ciência Política pela Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Mateus Lôbo de Aquino Moura e Silva.

BRASÍLIA

2021

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pelo amor, incentivo e compreensão durante o meu processo de formação acadêmica e profissional.

Aos meus irmãos, por me incentivarem nos momentos difíceis.

A todos os meus amigos, pessoas com quem compartilho minhas alegrias, angústias e momentos únicos.

A força pura é uma abstração filosófica. Nenhuma subordinação real é possível entre pessoas sem a intervenção de um elemento simbólico, idealidade lógica ou valor moral. O interesse de todo poder político consiste então em se expor como sujeito metafísico, suporte de valores universais a fim de ocultar a física dos riscos. Confundindo fim real e finalidade ideal, móvel e motivação, o poder político reabsorve sua função essencial – coletar excedentes e excessos – na missão moral ou metafísica na qual se coloca como simples executante. (RÉGIS DEBRAY)

Nós moldamos nossas ferramentas, e então nossas ferramentas nos moldam. (MARSHALL MCLUHAN)

Não há como enfatizar suficientemente a importância de colocar os seres humanos em contato com pessoas diferentes de si mesmos, com modos de pensamento e ação distantes daqueles com os quais estão familiarizados. Esse tipo de comunicação sempre foi e continua a ser, especialmente na era atual, uma das principais fontes de progresso. (JOHN STUART MILL)

Resumo

Este trabalho tem como objetivo correlacionar o domínio da informação, incorporada pelos meios de comunicação que passam por grandes mudanças em razão dos recentes avanços tecnológicos, o conceito de esfera pública e o exercício do poder político. Mais precisamente, busca-se demonstrar que as mídias digitais possuem diversas implicações sociais, culturais e políticas que modificam profundamente a balança de poder, a noção de esfera pública e a formação da opinião pública. Na era do *Big Data*, a *Web* baseada em plataformas digitais e seus algoritmos introduzem novas questões, desafios e possibilidades para a política e a democracia. Veremos que, com a informatização, a ideia de público e privado vem ganhando novos contornos que precisam melhor ser observados pela Ciência Política. Conceitos tais como “democracia digital”, “ciberespaço”, “política informacional” e “capitalismo de vigilância” são alguns dos grandes esforços nesse sentido. Por fim, enfocaremos alguns dos principais dilemas que a rede de conversação e comunicação mundial, em seu projeto de “ciberdemocracia”, vem enfrentando, sobretudo por conta da ascensão da economia da atenção e das tecnologias de vigilância, que inserem um novo paradigma no campo que trata da relação entre política e tecnologias da informação e comunicação. Desta forma, buscamos compreender a modificação da esfera pública – compreendida aqui não só como o espaço de processamento de opiniões, demandas e aspirações que influenciam o poder político, mas também como um espaço de formação, compartilhamento e expressão de valores, interesses e identidades – a partir de duas dimensões inter-relacionadas: de um lado, a profunda reestruturação do ambiente infocomunicacional e midiático e de outro, a própria mudança comportamental dos indivíduos decorrente não só da associação com as tecnologias digitais, mas também da emergência de novas questões e dilemas sociais e econômicos que estão colocados no século XXI.

Palavras-Chave: Esfera pública, informação, comunicação, tecnologia, poder.

Abstract

This work aims to correlate the domain of information, incorporated by the means of communication that undergo major changes due to recent technological advances, the concept of public sphere and the exercise of political power. More precisely, I seek to demonstrate that digital media have several social, cultural and political implications that profoundly change the balance of power, the notion of the public sphere and the formation of public opinion. In the Big Data era, the web based on digital platforms and their algorithms introduce new questions, challenges and possibilities for politics and democracy, as well as the dynamics of power in society. We will see that, with computerization, the idea of public and private – which since the Greeks have been fundamental elements for democracy – has been gaining new contours that need to be better observed by Political Science. Concepts such as “digital democracy”, “cyberspace”, “information policy” and “surveillance capitalism” are some of the great efforts in this direction. Finally, we focus on some of the main dilemmas that the world conversation and communication network, in its project of “cyberdemocracy”, it has been facing, mainly due to the rise of the economy of attention and surveillance technologies, which introduce a new paradigm in the field that deals with the relationship between politics and information and communication technologies. In this way, we seek to understand the modification of the public sphere – understood here not only as a space for processing opinions, demands and aspirations that influence political power, but also as a space for the formation, sharing and expression of values, interests and identities – from two interrelated dimensions: on the one hand, the profound restructuring of the information communication and media environment that guides knowledge and produces meaning in the daily lives of individuals, and on the other, the behavioral change of individuals resulting not only from the association with technologies digital issues, but also the emergence of new social and economic issues and dilemmas that are posed in the 21st century

Key words: Public sphere, information, communication, technology, power.

Sumário

| | | |
|--------------|---------------------------------------------------------|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 8 |
| 2 | INFORMAÇÃO É PODER | 9 |
| 3 | O CONCEITO CLÁSSICO DE ESFERA PÚBLICA | 14 |
| 3.1 | O JORNALISMO | 14 |
| 3.2 | MODERNIDADE E FORMAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA | 16 |
| 3.2.1 | RACIONALIZAÇÃO | 18 |
| 3.3 | DO CONCEITO DE ESFERA PÚBLICA | 18 |
| <u> 3.4</u> | MÍDIAS DE MASSA E O DECLÍNIO DA ESFERA PÚBLICA BURGUESA | 26 |
| <u> 3.5</u> | AS CRÍTICAS AO MODELO DE ESFERA PÚBLICA HABERMASIANO | 27 |
| 4 | A ERA DIGITAL | 29 |
| <u> 4.1</u> | CONTEXTOS SOCIOLÓGICO E ECONÔMICO | 31 |
| <u> 4.2</u> | CIBERCULTURA | 34 |
| 5 | O CIBERESPAÇO E A NOVA ESFERA PÚBLICA DIGITAL | 39 |
| 5.1 | CIBERESPAÇO: A NOVA ESFERA PÚBLICA? | 45 |
| 5.2 | OS DILEMAS DA ESFERA PÚBLICA DIGITAL | 48 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 55 |

1 INTRODUÇÃO

O domínio da informação é tão fundamental para a espécie humana que grande parte dos historiadores, antropólogos e arqueólogos classificam a história em dois grandes períodos: a Pré-história e a História. O grande marco que separa essas duas épocas é a invenção da escrita. Há muitas críticas a essa classificação, como a ideia de que ela nega a história dos povos pré-letrados. Mas de modo geral ela cumpre um papel pedagógico, posto que de fato a escrita trouxe grandes transformações para a humanidade, assim como mais tarde, a prensa de Gutenberg, o rádio, a televisão e, nos últimos anos, a internet. Nesse sentido, este trabalho parte da premissa de DeFleur e Ball-Rockeach (1966), que diz que *praticamente todos os aspectos da vida cotidiana dos indivíduos são substancialmente influenciados pelo sistema de comunicação predominante em cada período.*

Nesta mesma linha, Manuel Castells (2018) considera que “as disputas de poder sempre foram decididas pelas batalhas no imaginário das pessoas; isso quer dizer: pelo controle dos processos de informação e de comunicação que moldam a mente humana.” (p. 28). Já para Giddens (2002), “a experiência canalizada pelos meios de comunicação, desde a primeira experiência da escrita, tem influenciado tanto a auto-identidade quanto a organização das relações sociais” (p. 9). Ainda seguindo este raciocínio, o sociólogo canadense Barry Wellman propõe o seguinte paradoxo:

Quando deixam de chamar a atenção e se tornam triviais, as mídias se tornam realmente importantes. Se sua articulação com o cotidiano atinge um nível muito alto, a própria vida se transforma. Não por conta da mídia em si, mas pelas relações humanas ligadas a elas. (MARTINO, 2014, p. 9).

Segundo o filósofo italiano Luciano Floridi, é possível classificar ainda uma terceira era no desenvolvimento histórico humano: a Hiperhistória. Segundo Floridi (2014), na “Era Hiperhistórica”, as tecnologias da informação e comunicação (TICs) registram, transmitem e, sobretudo, processam uma imensa quantidade de dados, de maneira cada vez mais autônoma, de forma que as sociedades humanas tornam-se vitalmente dependentes delas como recurso fundamental para seu florescimento. Em outras palavras, são modelos de sociedades que *necessitam* do gerenciamento bem-sucedido e eficiente da informação para se perpetuar.

Nesse sentido, demonstram Harari (2015), Gleick (2011) e outros pesquisadores, estamos diante da ascensão de um novo modelo intelectual, um novo paradigma científico que passa a tomar a *informação* – ou dados – como o *princípio organizador fundamental da vida*. Ademais, de acordo com Martino (2014), no presente “informações são elementos

fundamentais para a tomada de decisões. [...] Em termos simples, elas transformam probabilidades em certezas.” (p.24).

O objetivo do presente trabalho é demonstrar como a categoria esfera pública – que surge num contexto de transformações políticas e avanços nas formas de comunicação (difusão da imprensa e do jornalismo) – pode ser pensada agora a partir dos recentes progressos nas tecnologias da informação e comunicação e da emergência da sociedade da informação. Tal categoria ainda é válida? Se sim, quais modificações sofreu? Há continuidades teóricas? Quais são as críticas a ela? Essas são algumas das perguntas que buscarei responder nas seções seguintes. Metodologicamente, o estudo foi realizado através de uma pesquisa exploratória em fontes primárias com uma breve revisão literária sobre os conceitos de esfera pública, sociedade da informação, história da comunicação e esfera pública digital, a fim de construir um arcabouço teórico a respeito do assunto em questão.

O capítulo a seguir será um breve apanhado histórico sobre a relação entre o domínio da informação, o poder e a política. No capítulo 3 será apresentado o conceito clássico de esfera pública: a discussão teórica, o contexto histórico e as críticas. Em seguida, no capítulo 4, será analisado o paradigma da sociedade da informação. Por fim, no capítulo 5, mostraremos as novas concepções e alguns dilemas da categoria esfera pública à luz do paradigma comunicacional digital.

2 INFORMAÇÃO É PODER

A história nos mostra que há uma significativa relação entre o poder e o domínio da informação. A linguagem verbal permitiu com

que os humanos expressassem sua imaginação, contassem histórias e elaborassem narrativas sobre o passado e o futuro, o que possibilitou uma maior adesão entre os membros de um grupo, algo fundamental para a nossa sobrevivência e evolução. Porém, as narrativas eram restritas aos limites da capacidade do cérebro e da fala, não sendo assim possível inventar histórias demasiadamente complexas das quais as pessoas não fossem se lembrar. (HARARI, 2015, p. 140). Além disso, a oralidade é orientada para o passado e para as tradições, seguindo necessariamente códigos rígidos e calculados, pois é preciso um enorme esforço para manter o precioso conhecimento arduamente acumulado pelas experiências passadas. (ONG apud GIDDENS, 2002, p. 29). Essa limitação da mente restringiu a complexificação dos coletivos humanos por milhares de anos. Segundo Harari (2015, p. 138), “esse foi um dos principais motivos pelos quais (...) as redes de cooperação humana não puderam se expandir significativamente, mesmo milhares de anos após a Revolução Agrícola”. Isso por que, ressalta, há nas sociedades um nível crítico de proporção de pessoas por propriedades que torna inviável sua continuidade sem o armazenamento e gerenciamento de uma grande quantidade de dados matemáticos, e a memória humana por si só não é capaz de realizar essa tarefa. (HARARI, 2011, p. 128). Assim, com o passar do tempo tornou-se preciso lembrar-se de informações importantes como títulos de propriedade, acordos, negociações, salários, aluguéis e tributos religiosos. (HARARI, 2015, p. 138).

Esse obstáculo começou a ser solucionado há aproximadamente cinco mil anos numa cidade chamada Uruk na Suméria, atual sul do Iraque. Com fartas colheitas e crescente prosperidade, houve um grande aumento demográfico e conseqüentemente da quantidade de informações necessárias para coordenar seus assuntos. (HARARI, 2011, p. 128). Nesse contexto, portanto, a escrita foi criada com o objetivo de suprir necessidades comerciais e burocráticas essenciais. Para Harari, os primeiros registros aí “são documentos econômicos monótonos, registrando o pagamento de impostos, a acumulação de dívidas e títulos de propriedades”; tratando-se de um sistema de escrita parcial, limitada apenas a números e fatos (HARARI, 2011, p. 129).

Ou seja, com o domínio da escrita, as sociedades tornam-se capazes de organizar-se a partir de modelos algorítmicos. O termo algoritmo refere-se a uma sequência de operações finitas, executadas mecânica ou eletronicamente, que permitem solucionar cálculos, resolver problemas e tomar decisões. Na síntese de Harari: Em sociedades iletradas as pessoas fazem todos os cálculos e tomam todas as decisões de cabeça. Em sociedades letradas, organizam-se em redes, de modo que cada pessoa é apenas um pequeno passo num imenso algoritmo, e é o algoritmo como um todo que toma as decisões importantes. Essa é a essência da burocracia. (Harari, 2015, p. 140-141).

Jaynes, citado por Gleick (2011), afirma que “a escrita era um novo método de direção civil, de fato o modelo que dá início a nosso próprio governo, que se comunica por meio de memorandos.” (p. 44). Desse modo, há uma importante relação entre o aparecimento

de sistemas políticos complexos e centralizados e a inovação da escrita. (DEFLEUR e BALL-ROCKEACH, 1993, p. 32). Aqueles que dominavam a escrita controlavam “também as leis e os ritos” (GLEICK, 2011, p. 36). Assim, o controle da informação foi um elemento fundamental para o surgimento e expansão das primeiras cidades-Estado e civilizações. (PUCHNER, 2017, p. 71).

Mas foram os gregos, com seu novo sistema fonético, os responsáveis por elaborar um alfabeto que permitiu a criação de narrativas e ideias complexas que se pretendiam prolongar-se por eras no tempo e no espaço, aplicável a todas as culturas da humanidade. (ALMEIDA e NICOLAU, 2013; DEFLEUR e BALL-ROCKEACH, 1993, p. 31). Não por acaso, a Grécia se tornou a sociedade mais letrada que o mundo antigo conheceu, ostentando uma esplendorosa explosão da literatura, teatro e filosofia (PUCHNER, 2017, p. 42).

A escrita “estimulou um sentimento de distância entre o presente e passado” (BURKE e BRIGGS 2006, p. 42) e possibilitou o desenvolvimento da condição do ser humano, habilitando-os “a experimentar a realidade por meio da meditação e de símbolos abstratos” (Harari, 2015, p.143), bem como o desenvolvimento da lógica formal e da informação autoconsciente. (GLEICK, 2011, p. 39-40).

Também houve melhora nas formas de indexação e armazenamento de informação com invenções como o pergaminho e o papiro, que “estendeu o âmbito dos sistemas administrativos” (GIDDENS, 2002, p. 29), e o papel, uma das mais importantes tecnologias utilizadas na burocracia e na expansão cultural do império árabe. (PUCHNER, 2017, p. 187-188). Esse poder reestruturou o pensamento e engendrou a história. (GLEICK, 2011, p. 33). Essa é a maior contribuição da escrita: progressivamente proporcionou uma mudança na forma como as pessoas pensam e formulam o mundo ao seu redor.

Na maior parte da idade média europeia, o monopólio da produção e difusão da informação foi controlado principalmente pela igreja e pelo Estado, e usado como forma de orientar a realidade social. “O uso dos meios de transmissão cultural é, nessa época, privilégio e monopólio eclesiástico, concretizando-se em uma rede intertextual de documentos produzidos no âmbito da oficialidade ortodoxa.” (CRIPPA, 2003, p. 1). Por esta razão, a igreja católica “estabeleceu o mais sofisticado sistema administrativo da Europa medieval e foi pioneira no uso de arquivos, catálogos, cronogramas e outras técnicas de processamento de dados.” (HARARI, 2015, p. 242).

Essa realidade começou a mudar através de um brilhante alemão chamado Johann Gutenberg (1397-1468), o criador da imprensa. Antes do advento da prensa de Gutenberg, a igreja e o Estado sabiam que o domínio da informação era algo poderoso, por isso mediava a

relação do povo com o conhecimento, através da imposição de suas ideias como sendo fruto do sagrado divino e, assim “repudiava qualquer tipo de manifestação cultural como de baixa categoria” (SANTOS, 2012, p 19-20). Ocorre que em 1450 o ourives e inventor Gutenberg, com o investimento de um rico homem de negócios, desenvolveu uma máquina que revolucionou a humanidade. Segundo Gleick:

Como máquina duplicadora, a prensa de tipos móveis não apenas tornava os textos mais baratos e acessíveis. Seu verdadeiro poder estava em torná-los mais estáveis. “A cultura dos escribas” [...] era “constantemente enfraquecida pela erosão, corrupção e perda.” O texto impresso era confiável, autêntico e permanente (2011, p. 387)

O termo “galáxia de Gutenberg” foi cunhado por Marshall McLuhan, um importante teórico da comunicação, e se refere a um conjunto de mudanças sociais viabilizadas a partir da invenção da prensa de tipos móveis. Para Luhan (1962) a tecnologia da tipografia reconfigurou completamente o meio ambiente social dos seres humanos. Trata-se, segundo Burke (2002), de uma invenção que foi vista como o símbolo de uma nova era.

Segundo Burke, a historiadora Norte-americana Elizabeth Eisenstein apresenta duas grandes consequências da impressão tipográfica em longo prazo. Em primeiro lugar, as publicações possibilitaram a padronização e preservação do conhecimento, algo impraticável no predomínio da oralidade. Em segundo lugar, a tipografia ensejou a crítica às autoridades, promovendo a divulgação de pontos de vista conflitantes sobre um mesmo assunto (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 30).

Um grande exemplo disso é Martin Lutero, que soube se valer muito bem da imprensa como meio de influenciar a opinião pública e as camadas mais populares. Seu sermão contra as indulgências desencadeou o primeiro grande movimento de desconfiança e questionamento das práticas abusivas da Igreja. Acerca disso, Puchner afirma:

Inadvertidamente, Lutero dera início à era da polêmica popular, [...] uma era em que o sucesso seria medido pelo número de tiragens e reimpressões, uma era em que escritores e leitores estariam conectados com mais eficiência do que nunca, à margem das instituições tradicionais. A impressora estava criando um novo público de leitura e uma nova e poderosa forma de literatura: a escrita polêmica alimentada pela imprensa. (PUCHNER, 2017, p. 219).

Assim, ao desafiar a igreja, Lutero inaugurou um novo campo de disputa de ideias que se legitimava a partir do apelo e da penetrabilidade que exercia nas classes mais populares. As tentativas da igreja de combatê-lo neste novo ambiente fracassaram perante a escrita acessível e incisiva de Lutero. Segundo Puchner (2017) a introdução da imprensa modificou toda a estrutura do cristianismo (p. 224). Assim, com os livros impressos as ideias puderam circular, os autores puderam ser pagos pelo seu trabalho e a ciência pôde discutir os seus

resultados.

Outra importante consequência da disseminação de documentos impressos pelas ruas da Europa foi o fortalecimento da classe mercantil e intelectual, desafiando as rígidas estruturas medievais. A circulação de novas informações alterou “os modos de pensar e as interações sociais” (RIBEIRO; CHAGAS; PINTO, 2007, p. 31). Na Veneza do século XVI houve uma grande explosão cultural e econômica que favoreceu a tolerância com outras culturas e religiões, uma prática direcionada a favorecer o comércio, o turismo e as inovações tecnológicas. Este ambiente permitiu o envolvimento entre negociantes e a difusão do conhecimento já que se tornou bastante lucrativo comercializar ou contrabandear livros dos mais diversos assuntos em variados idiomas (BURKE; BRIGGS, 2006). Em resumo, existe uma estreita relação entre o desenvolvimento da imprensa e o desenvolvimento capitalista. (HABERMAS, 2003).

Da mesma maneira que na idade antiga e medieval o manuscrito penetrou nos processos burocráticos, no início da era moderna os impressos passaram a ser usados para o registro de aluguéis, recibos, formulários e outros documentos oficiais. (BURKE; BRIGGS, 2006, p. 76). Para Burke, citando Weber, há uma importante “relação entre a ampliação do uso da escrita para formular e registrar decisões e um tipo de administração mais impessoal”. (BURKE; BRIGGS, 2006, p. 42). Desse modo, aos poucos a difusão de impressos em várias instâncias da sociedade foi revelando suas consequências políticas, culturais e sociais na modernidade. Segundo Puchner (2017) “a história de Gutenberg e Lutero mostra também que as mudanças — na forma de produção e transmissão dos textos, nos leitores e em sua finalidade — tiveram um impacto desmesurado sobre as sociedades baseadas em textos sagrados.” (p. 224). A velha tradição oral e manuscrita passou a coexistir e interagir com a crescente mídia impressa, tal como ocorre hoje com a televisão e a internet. (BURKE; BRIGGS, 2006, p. 74).

No capítulo seguinte veremos como, tanto as transformações sociais e econômicas da modernidade, como a própria complexificação dos sistemas de comunicação, possibilitaram a formação da esfera pública burguesa. Além disso, analisaremos as principais formulações teóricas, algumas críticas e o declínio da categoria esfera pública burguesa enquanto um conceito analítico válido para a sociedade de massa do século XX.

3 O CONCEITO CLÁSSICO DE ESFERA PÚBLICA

3.1 O JORNALISMO

Atividades pré-jornalísticas já ocorriam na Europa desde pelo menos o século XV. Documentos como folhetos, panfletos, livros noticiosos e almanaques populares contendo diversos temas como assuntos religiosos, notícias da corte, descrições de terras distantes e questões militares circulavam pelas ruas e praças. (SOUSA, 2008). No século XVI as batalhas religiosas entre católicos e protestantes desencadeadas pela reforma ensaiaram o surgimento de uma proto esfera pública. Nesse sentido, Burke e Briggs, explicam que:

[...] nos primeiros anos do movimento, os vigorosos debates ocorridos, primeiro na Alemanha e depois em outras partes da Europa, sobre as funções e os poderes do papa e da Igreja e a natureza da religião deram uma contribuição importante para a emergência do pensamento crítico e da opinião pública (2006, p. 81-82).

Gradualmente estes debates se transferiram da arena religiosa para a arena política. Assim, “Embora o termo "opinião pública" ainda não estivesse em uso no início do século XVI, a visão do povo interessava aos governos da época por motivos práticos, fosse a intenção suprimir esses pontos de vista, moldá-los ou - raramente - segui-los” (BURKE e BRIGGS 2006, p. 82). Além disso, as autoridades passaram a se preocupar com a criação de uma imagem favorável, voltada tanto para o público interno quanto para os estrangeiros, por meio de reportagens na imprensa, peças teatrais, óperas e performances produzidas por artistas e escritores. (BURKE e BRIGGS, 2006, p. 92).

Porém, foi somente no século XVII, na Inglaterra, em meio aos conflitos políticos entre absolutistas e a burguesia parlamentarista, que o modelo moderno de jornalismo tomou corpo. Foi nesta época que o poeta puritano John Milton publicou o primeiro grande discurso sobre a liberdade de expressão, o *Areopagitica* (1644), que defendia a liberdade de imprensa irrestrita, criticando toda e qualquer forma de censura. (BURKE e BRIGGS, 2006, p. 95). De acordo com Sousa:

[...] pela primeira vez os jornais deixam de ser entendidos como meros veículos de notícias ou mesmo de propaganda, passando a ser encarados como *instrumentos a usar na arena pública e na luta política pelo poder*, no quadro de discussões racionais e livres sobre os problemas. Alguns jornais adquiriam, assim, uma dupla finalidade, noticiosa e política, que baseará a construção de um novo espaço público capaz de suceder à ágora grega e ao fórum romano como espaço de discussão livre e racional. (2008, p. 87)

Com as revoluções liberais e os valores iluministas, os séculos XVIII e XIX protagonizaram uma era de grandes transformações sociais e políticas como a consolidação dos Estados nacionais, o desenvolvimento científico, a secularização e a ascensão da burguesia como classe dominante. Além disso, a decadência das velhas monarquias européias abriu espaço para o avanço de conceitos democratizantes que possibilitaram a consolidação de tradições jornalísticas vinculadas a debates políticos e partidários. (DEFLEUR e BALL-ROCKEACH, 1993, p. 61).

No âmbito das comunicações foi um período de “consolidação e ampliação do sistema jornalístico” (SOUSA, 2008, p. 87). Sousa demonstra ainda que o nascimento do jornalismo moderno introduz periodicidade aos assuntos públicos e remodela a noção de atualidade na sociedade (p. 79-80). É neste período que Habermas identifica o nascimento da esfera pública liberal moderna.

3.2 MODERNIDADE E FORMAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA

De modo geral a modernidade é associada à revolução industrial, aos avanços da ciência, ao pensamento iluminista e humanista, ao capitalismo e a formação dos Estados nacionais modernos, que viabilizaram o aumento geral da riqueza material e o advento das classes médias urbanas. Para o sociólogo Anthony Giddens (2002) a modernidade pode ser mais ou menos entendida como correspondente a “mundo industrializado” desde que se tenha em mente que a industrialização é apenas uma de suas facetas institucionais (p. 21). A modernidade é uma nova ordem social que emerge a partir do século XVIII, sendo comumente descrita como um momento histórico pós-tradicional ou até mesmo, para alguns, antitradicional, em que a razão e a técnica gradualmente substituem as crenças e os costumes e o universalismo toma o lugar do particularismo.

Segundo Giddens (2002), apesar de se tratar de uma ordem pós-tradicional, não é uma ordem em que as certezas dos hábitos e das crenças dão lugar ao conhecimento racional. O que ocorre é que na modernidade há a institucionalização do princípio da dúvida radical que insiste que “todo conhecimento tome a forma de hipótese – afirmações que bem podem ser verdadeiras, mas que por princípio estão sempre abertas à revisão” (p. 10).

Giddens (2002), em suas exposições sobre a modernidade enquanto um fenômeno globalizante e dinâmico, apresenta três elementos constitutivos desta: a *separação do tempo e do espaço*; o *desencaixe* dos sistemas sociais e a *ordenação e reordenação reflexiva*. A separação do tempo e do espaço se refere à reestruturação da organização e da percepção social de “tempo-espaço” a partir da invenção e difusão do relógio mecânico. Nas sociedades pré-modernas, tempo e lugar eram intimamente conectados. Todas as atividades do cotidiano ocorriam “dominadas pela “presença”” (p. 22) e, portanto, sofriam pouca ou nenhuma interferência de locais distantes. Na modernidade, ao contrário, os lugares são cada vez mais penetrados por influências de localidades distantes, conectando o “global” ao “local”, a partir da padronização dos dias em “horários”, o que proporciona uma das principais facetas da vida moderna: a organização racionalizada.

O conceito de “desencaixe” significa que nas sociedades modernas nós estamos constantemente atrelados a sistemas abstratos e impessoais - essenciais para funcionamento da sociedade - aos quais nos relacionamos com confiança cotidianamente sem necessariamente possuímos compreensão aprofundada sobre sua natureza. Os dois mecanismos de desencaixe presentes na modernidade são as *fichas simbólicas*, como por exemplo, o dinheiro, e os *sistemas peritos*, que podem ser entendidos como sofisticados

sistemas de excelência técnica e profissional que operam diariamente organizando os ambientes materiais e sociais em que vivemos. O terceiro elemento é a reordenação reflexiva, que consiste na ideia de que as práticas modernas são constantemente reorganizadas e renovadas a partir de novos conhecimentos gerados pela reflexão sistemática sobre a vida social. Isso significa que as sociedades modernas encontram-se em um contínuo dinamismo que rompe com a fixidez das tradições.

Para Georg Simmel, a modernidade pode ser compreendida a partir dos seus dois principais símbolos: o dinheiro e a metrópole. O sociólogo argumenta que esses dois elementos são produtos históricos específicos da modernidade que trazem implicações típicas ao modo de vida moderno. Mais especificamente, tais implicações desembocam numa dualidade que é radicalmente intensificada na modernidade: a exacerbação da individualidade e da impessoalidade. (MOCELLIM, 2007, p. 102). O autor segue sua análise expondo que o dinheiro - mais do que uma mera unidade monetária - projeta-se enquanto um elemento metafórico que produz mudanças sociais, culturais e na experiência humana moderna em geral.

Ao mesmo tempo em que o dinheiro gera uma emancipação do indivíduo, ao libertar as relações sociais e as trocas comerciais da dependência e do julgo de pessoas específicas, ele também causa um processo de impessoalização das relações sociais, isto é, uniformiza todos ao eliminar suas especificidades. Já a metrópole, prossegue Simmel, faz com que se rompam os laços de solidariedade existentes nas sociedades tradicionais. Assim, se por um lado esse fenômeno fornece liberdade aos indivíduos, “por outro a dependência aumenta e se alimenta reciprocamente com o distanciamento da subjetividade” (TEDESCO, 2007, p. 62).

Além disso, ao contrário de um vilarejo pré-moderno, as grandes cidades toleram - ou até mesmo exigem - a existência das diferenças. Porém, com a presença de tamanha heterogeneidade, isto é, com tantos estímulos e novidades, a diferença acaba se tornando banal. Para Simmel, o indivíduo moderno e metropolitano é um ser impessoal e indiferente. (MOCELLIM, 2007, p. 103). Por sinal, a noção de “indivíduo” é um elemento fundamental na constituição da modernidade.

O fenômeno da “individualização”- que é diferente do “individualismo” da ideologia neoliberal - se refere ao processo de separação dos indivíduos das expectativas, normas, significados, religiões e tradições primárias. Na modernidade, cada indivíduo constitui sua realidade própria, aberta a possibilidades, em lugar das antigas certezas. Mesmo aqueles que conservam as tradições como o cerne de suas vidas, têm a *possibilidade* de escolher vivenciar experiências diversas. (ZUBOFF, 2019, p. 50).

3.2.1 RACIONALIZAÇÃO

Como dito anteriormente, na modernidade, o conhecimento racional toma o lugar das crenças e valores tradicionais. Dito de outra forma, a humanidade abandona as concepções mágicas e encantadas sobre a existência humana e a natureza. Desse modo:

A humanidade partiu de um mundo habitado pelo sagrado, pelo mágico, excepcional e chegou a um mundo racionalizado, material, manipulado pela técnica e pela ciência. O mundo de deuses e mitos foi despovoado, e sua magia substituída pelo conhecimento científico e pelo desenvolvimento de formas de organização racionais e burocratizadas. (QUINTANEIRO, 1989 apud GUEDES, 2007, p. 4).

Outro elemento-chave para compreender a modernidade é o conceito de *racionalização* proposto por Max Weber. Por racionalização entende-se que as atividades, as relações e as instituições sociais modernas são moldadas a partir dos parâmetros da racionalidade formal (ou teleológica), uma conduta que busca a eficiência estratégica e o desenvolvimento técnico das empreitadas econômicas e políticas. (HERRERO, 1986, p. 14).

Habermas critica a concepção de racionalidade instrumental de Weber, pois a considerava insuficiente para explicar a sociedade moderna. Segundo Habermas, o paradigma da filosofia da consciência, na qual se apoia a noção de racionalidade instrumental, é incapaz de explicar a realidade, pois parte da ideia de que existe apenas a relação cognitiva-instrumental do sujeito com relação aos objetos. Por esse motivo, Habermas adota o paradigma da filosofia da linguagem. Sobre isso, Herrero elucida que:

Através da análise da linguagem ele introduz o paradigma da *racionalidade comunicativa*, com a qual mostra que a racionalidade não se esgota em seus momentos instrumentais, mas, ao contrário, estes aparecem como formas particulares e casos-limites da idéia de racionalidade mais ampla que é a comunicativa. (HERRERO, 1986, p. 17).

3.3 DO CONCEITO DE ESFERA PÚBLICA

O termo “esfera pública” - assim como seus correlatos “opinião pública”, “espaço público” e outros - é um dos mais populares nos estudos contemporâneos sobre os meios de comunicação e política, pois se trata de um princípio fundamental da organização política moderna. Segundo Avritzer:

O conceito de esfera pública é o conceito mais importante elaborado pela teoria política na segunda metade do século 20. Ele foi capaz de retirar a teoria democrática do dilema entre uma concepção elitista e uma concepção direta do exercício da política e criar uma terceira opção interativo-participativa. (2012, p. 112)

Uma das mais importantes análises sobre a noção de esfera pública - e privada - foi realizada por Hannah Arendt, em sua clássica obra *A condição humana*, publicada em 1958. Arendt (2007) se apoia na experiência da *polis* grega para extrair os significados das esferas de convivência humana tanto na antiguidade quanto nos tempos modernos. A autora parte da apresentação de três grandes dimensões que compõem a condição humana: o labor, o trabalho e a ação.¹

O labor diz respeito à atividade humana estritamente ligada à reprodução e manutenção da vida biológica, isto é, o processo metabólico imediato de suprimento das necessidades básicas. O trabalho, por sua vez, é a produção de significados que vão além do mero ciclo vital da espécie. É a criação de artefatos tangíveis e intangíveis que transcendem o reino biológico. E por fim, a ação - única das três dimensões que se realiza apenas em coletivo e sem a mediação das coisas - caracteriza-se pelo uso da palavra, onde, na Grécia antiga, se empregava o princípio da isonomia para exercer a atividade política através das artes do discurso (*rhetorike*).

A partir desta apresentação, Arendt demonstra que os gregos concebiam o reino biológico das necessidades e da violência, presentes no labor e no trabalho, como fenômenos pré-políticos. As atividades voltadas à manutenção da espécie, em outras palavras, a própria economia doméstica (*oikos*), eram tarefas reservadas aos não-cidadãos², isto é, mulheres, escravos e estrangeiros, que constituíam a esfera privada, onde não havia liberdade e humanidade.

A esfera pública, ao contrário, transcendia a violência e as necessidades básicas do corpo³ e, por conseguinte, era o reino da liberdade e da felicidade (*eudaimonia*), restrita apenas aos cidadãos livres e iguais, a saber, homens adultos e proprietários.⁴ Ter acesso a essa esfera e gozar do reconhecimento público era considerado, tanto na Grécia quanto em

¹ Em outras traduções de “*A condição humana*”, os termos “labor” e “trabalho” foram substituídos por “trabalho” e “obra”, respectivamente.

² E mesmo os cidadãos, no momento em que adentravam o espaço privado, se viam submetidos a algum tipo de coação, pois seus atos íntimos estavam sob constante observação. (TEJERA, 2006, p. 22).

³ Essa superioridade do domínio público se sustentava em detrimento das liberdades privadas: os corpos dos homens até os 46 anos pertenciam inteiramente à cidade para fins militares; suas posses poderiam ser confiscadas caso houvesse necessidade de salvar a cidade; havia punição para as mulheres em caso de adultério e as crianças eram propriedades do Estado. (TEJERA, 2006, p. 24-25).

⁴ Para os gregos antigos, ter propriedade significava que o cidadão possuía um “lugar no mundo”, isto é, era chefe de uma das famílias (esfera privada) - que, em conjunto, constituíam a esfera pública - e portanto, era livre das condições do labor e do trabalho, podendo assim pertencer ao corpo político, isto é gozava do direito ao ócio. Assim, propriedade não era necessariamente sinônimo de riqueza, de modo que era possível haver tanto escravos ricos sem propriedade como cidadãos (proprietários) pobres. (ARENDR, 2007, p. 71-72).

Roma⁵, a maior das realizações e honras na vida de um homem. (cf. TEJERA, 2006). Assim, para Arendt:

A *pólis* diferenciava-se da família pelo fato de somente conhecer iguais, ao passo que a família era centro da mais severa desigualdade. Ser livre significava ao mesmo tempo não estar sujeito às necessidades da vida nem ao comando do outro e também não comandar. (ARENDR, 2007, p. 41).

De acordo ainda com a filósofa, o termo “público” se refere a dois fenômenos interligados, porém diferentes. Em primeiro lugar, o que é “público” é tudo aquilo que pode ser visto e ouvido por todos. Trata-se de algo que - ao receber a maior divulgação possível - constitui uma realidade que possui qualidades específicas. Apenas assuntos de grande relevância são dignos de emergir para a luz do espaço público, onde são transformados, desprivatizados e desindividualizados. Assim, o compartilhamento de algo entre todas as pessoas torna esse algo uma espécie de realidade do mundo e de nós mesmos.

Em segundo lugar, a ideia de “público” diz respeito ao próprio mundo, no sentido de um ambiente que é comum a todos e diferente do lugar privado que possuímos. Portanto, não se trata necessariamente do espaço físico da Terra e da natureza, mas sim de um mundo feito pelo e para os homens, com seus artefatos, negócios e tudo o mais que os relacionam entre si com o desejo de transcender o tempo de nossas vidas individuais e criar um elo entre o passado e o futuro.

Nesse sentido, na antiguidade grega existia uma clara separação entre esfera pública e esfera privada. Já na idade média, não havia uma antítese entre estas duas esferas tal qual o modelo antigo (e moderno). Na dominação feudal, as autoridades “pública” e “privada” fundiam-se numa unidade que emanava de uma única fonte de poder.⁶ (HABERMAS, 2003, p. 17-18). O senhor feudal se *apresentava* como a personificação de um poder transcendental. Se tratava de um estatuto social e por isso não constituía uma esfera autônoma. (SILVA, 2001, p. 11-12). Assim, e acordo com Habermas:

O *status* de senhor fundiário, qualquer que seja a sua hierarquia, é em si neutro em relação aos critérios de "público" e "privado"; mas seu detentor representa-o publicamente: seja lá como for, ele se mostra, apresenta-se como a corporificação de um poder superior". [...] eles só podem representar num sentido específico: eles representam a sua dominação, ao invés de o fazer *pelo* povo, fazem-no *perante* o povo. (HABERMAS, 2003, p. 20)

⁵ A privacidade em Roma sofria forte controle social. Não havia espaço para sossego e segredos. Todo e qualquer tipo de acontecimento da vida privada estava sujeito a ser exposto e anunciado em público. (TEJERA, 2006, p. 27).

⁶ Para Arendt, “esse abismo entre o privado e o público ainda existia de certa forma na Idade Média, embora houvesse perdido muito da sua importância e mudado inteiramente de localização.” (2007, p. 43).

Apesar disso, é no período medieval, com a influência do cristianismo, que começa a nascer a noção moderna de indivíduo com seus corolários da igualdade essencial e da privacidade. Assim, na idade média, ao contrário da antiguidade, havia mais espaço para a existência privada.⁷ (TEJERA, 2006, p. 28-29). De qualquer modo, nas sociedades pré-modernas, tanto antigas quanto medievais, a origem da legitimidade do exercício e manutenção do poder era de caráter privado, secreto, no sentido de que se apoiava em tradições morais e crenças “sagradas” para se validar e se perpetuar.

Assim, com a modernidade e a decadência da legitimidade do discurso sagrado, o poder e a autoridade passam a se legitimar a partir de outras fontes, como a deliberação crítica e a razão, que possuem caráter público e universal. (SILVA, 2001, p. 16; GOMES, 2006, p. 9). Aqui podemos então extrair um primeiro significado do conceito de esfera pública: a antítese da lógica de poder em que “coisas, pessoas, idéias, instituições, normas e informações são tratadas reservadamente, veladamente ou secretamente.” (GOMES, 2006, p. 4).

Em suma, o diagnóstico de Arendt é que na modernidade ocorre um desaparecimento do abismo entre as duas esferas e o surgimento de uma terceira esfera híbrida: a esfera social⁸, ou sociedade civil, “na qual os interesses privados assumem importância pública”.⁹ (ARENDR, 2007, p. 45). A autora argumenta ainda que na sociedade de massa moderna houve um triunfo da esfera social sobre as outras esferas. Dessa forma, as atividades de subsistência, outrora renegadas pela antiga elite grega, adquire máxima importância pública, transformando “as comunidades modernas em sociedades de operários e assalariados” (ARENDR, 2007, p. 56).

Essa é a crítica fundamental de Arendt à organização política da sociedade moderna: a prevalência da sociedade de massas e da esfera social despolitizou o ser humano, isto é, substituiu a ação pelo comportamento¹⁰, fazendo com que as ocupações privadas, a produção

⁷ A alfabetização foi um dos importantes fatores para a valorização do âmbito privado na idade média. (TEJERA, 2006, p. 30)

⁸ Do ponto de vista dos antigos, a concepção de privacidade estava profundamente relacionada ao próprio significado da palavra, isto é, indicava a ideia de privação: significava literalmente estar privado de algo, mais precisamente das capacidades humanas mais elevadas. Já na modernidade, devido ao aparecimento do moderno individualismo, a privacidade denota a ideia de proteção da intimidade. Nesse sentido, para Arendt, a esfera privada moderna encontra-se não em oposição à esfera pública, mas à esfera social. (ARENDR, 2007, p. 45)

⁹ Em outras palavras, a organização de proprietários e ricos, ao invés de reclamarem acesso ao domínio público, reivindicaram dele proteção para o acúmulo de mais riquezas. (ARENDR, 2007, p. 78).

¹⁰ Comportamentos no sentido Arendtiano se referem a condutas “padronizadas” e conformistas, na qual não existe espaço para a expressividade e espontaneidade. (ARENDR, 2007, p. 50-51).

e o consumo¹¹ se tornem o cerne da atividade humana e da atenção pública, de modo que a esfera pública “se tornou função da esfera privada, e a esfera privada [...] se tornou a única preocupação comum que sobreviveu”. (ARENDDT, 2007, p. 79). Assim, com a amplificação da esfera privada, a ideia de uma vida dedicada ao coletivo a partir da atuação pública tornou-se obsoleta.

Mas a principal e mais conhecida abordagem sobre o conceito de esfera pública advém de Habermas que também se baseia na organização política grega – e sua separação entre esfera pública e privada - para descrever seu modelo conceitual de esfera pública burguesa. No entanto, em sua obra seminal, Habermas delimita a sua investigação basicamente à realidade da França, Inglaterra e Alemanha dos séculos XVIII, XIX e XX.

Portanto ele analisa essencialmente o contexto social, econômico e político da sociedade civil europeia moderna e, a partir daí constrói o seu tipo ideal de esfera pública (burguesa). Habermas explica que as categorias gregas de “público” e “privado” nos foram transmitidas através da história das ideias, conforme os preceitos do direito romano. Foi somente com o surgimento do Estado moderno que estas passaram “a ter novamente uma efetiva aplicação processual jurídica”. (HABERMAS, 2003, p. 16-17).

Logo na introdução de seu clássico livro *Mudança estrutural da esfera pública: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*, Habermas expõe que o conceito de esfera pública, como a própria ideia de “público”, possui múltiplos significados que se modificam em suas diferentes fases históricas. Porém, nas palavras do próprio autor, “chamamos de ‘públicos’ certos eventos quando eles, em contraposição às sociedades fechadas, são acessíveis a qualquer um - assim como falamos de locais públicos ou de casas públicas.” (HABERMAS, 2003, p. 14). Resumidamente, a esfera pública pode, para ele, ser entendida como:

um domínio da vida social onde [...] **peçoas privadas**¹² reúnem-se em público para discutir sobre as leis gerais que governam a vida civil, num debate orientado por regras que obrigam todos a procedimentos de racionalidade argumentativa, de suspensão das diferenças pré-argumentativas, de abertura e inclusão, além,

¹¹ Para Arendt a busca pela riqueza é uma atividade essencialmente passageira e vulnerável à mortalidade, visto que se restringe a vida individual de seus poucos proprietários e, mesmo quando transmitida para a próxima geração por meio da herança, se trata antes da permanência de um processo do que de uma estrutura estável. (ARENDDT, 2007, p. 78-9).

¹² O fato de se serem pessoas privadas não é um mero detalhe, pois são essas pessoas privadas que vão trazer à tona novas subjetividades e interesses. “O status de homem privado combina o papel de dono de mercadorias com o de pai de família, o de proprietário com o de “homem” simplesmente.” (HABERMAS, 2003, p. 43)

naturalmente, de submeter todos ao princípio do melhor argumento como base de legitimação da decisão. (GOMES, 2006, p. 5, grifo nosso)

Um ponto importante é que tais pessoas privadas reivindicam para a esfera pública a regulamentação da autoridade vigente, mas ao mesmo tempo se colocam contra essa autoridade. (HABERMAS, 2003, p. 42). Silva (2002) explica que Habermas pretende simultaneamente operar um conceito que é tanto um ideal normativo como uma noção historicamente localizada e contingente. Em outras palavras, busca relacionar *factos* e *normas*. (p. 8).

Assim, baseando-se no princípio da publicidade de Kant, Habermas buscou compreender histórica e sociologicamente o conceito de esfera pública, mais especificamente da categoria esfera pública burguesa, dado que esta constitui papel predominante desde o século XVIII.¹³ Profundamente influenciado pela crítica iluminista e burguesa, que concebe a ideia de indivíduo como um ser autônomo e racional¹⁴, Kant elabora o princípio da publicidade: um pressuposto moral, político e jurídico que se contrapõe a política do segredo pré-moderna e afirma que, para ser válida e justa, uma premissa deve ser proferida em voz alta e submetida à deliberação dos demais, ou seja, seus semelhantes que se encontram na figura de legisladores. (HECK, 2009, p. 288-289). Neste sentido, Silva explica que:

A esfera pública política surgiu, pois, do confronto entre dois tipos conflituantes de publicidade. Por um lado, a publicidade própria das cortes feudais, a publicidade representativa, e, por outro, a publicidade crítica e democrática, nascida com o iluminismo setecentista. (2001, p. 120)

Portanto, é somente a partir do século XVII, com o nascimento de uma burguesia orientada por preceitos iluministas, que a esfera pública e os conceitos modernos de público e privado¹⁵ começam a se formar. Inicialmente, concretizou-se em locais físicos como salões, cafés e clubes, onde intelectuais, artistas e homens de negócios se reuniam para debater sobre política, literatura, arte e economia.¹⁶ Nestas reuniões havia uma abertura à possibilidade de argumentação com *função crítica* - originalmente artística e literária - que logo passou a

¹³ Habermas admite a existência de outras categorias de esfera pública, como por exemplo a esfera pública plebéia, no entanto o autor argumenta que estas foram historicamente suprimidas em razão da proeminência da variante burguesa. (HABERMAS, 2003, p. 10)

¹⁴ Habermas comenta sobre papel fundamental de um tipo específico de subjetividade que emerge do seio da família conjugal patriarcal e burguesa. Tal subjetividade - originada a partir de ideais como liberdade e amor romântico - leva a uma consciência de independência frente à sociedade, o que culmina na noção de humanidade. (SILVA, 2001, p. 15)

¹⁵ Entre os séculos XVI e XVII ocorreram algumas mudanças culturais e sociais que contribuíram para a formação da esfera privada moderna. fatores tais como uma nova atitude com relação ao corpo e a escrita privada por meio de cartas e diários íntimos (TEJERA, 2006, p.31)

¹⁶ Anteriormente à institucionalização da esfera pública política, havia uma esfera pública literária que não era necessariamente burguesa, visto que possuía elementos da antiga realeza. (SILVA, 2001, p. 10-11)

questionar o poder político vigente.

Mais tarde, com a expansão da imprensa, esses debates se transferiram para os jornais e revistas, dando origem a “um espaço público mais “imaterial” e “simbólico.”. (SOUSA, 2008, p. 89-90). Ainda que a esfera pública burguesa fosse multifacetada e intrinsecamente diversa, Habermas buscou extrair um conjunto de critérios de funcionamento comum a todos os cafés, salões e associações. Em primeiro lugar, considerava que quaisquer marcadores sociais e econômicos eram suspensos durante os debates, prevalecendo apenas a força do melhor argumento.¹⁷ Segundamente, Habermas argumenta que a esfera pública burguesa problematiza e publiciza temas até então considerados indiscutíveis por serem monopolizados e sacralizados pela igreja. Em terceiro lugar, a esfera pública burguesa se pretendia universal e inclusiva, aberta a todos quantos quisessem dela participar. (SILVA, 2001, p. 12-13)

Segundo Silva (2001), Habermas explica que tal princípio da publicidade crítica assume função política e se insere nas constituições de países europeus durante o século XVIII, concretizando-se em três grandes tipos de direitos. Em primeiro lugar, estão os direitos das pessoas privadas reunidas enquanto um público num debate crítico e racional (liberdade de opinião e de expressão, liberdade de imprensa, liberdade de associação e de reunião); Em segundo lugar, faz-se referência aos direitos dos indivíduos enquanto seres humanos autônomos e livres, vinculados à esfera íntima da família patriarcal-burguesa¹⁸ (liberdade individual, inviolabilidade do local de residência); Em terceiro lugar, estão os direitos que dizem respeito às transações realizadas pelos detentores de propriedade privada (igualdade perante a lei, protecção da propriedade privada). Essa série de direitos garantem algumas coisas:

1) asseguram a distinção entre a esfera pública e a esfera privada, que inclui a esfera íntima; 2) garantem igualmente quer as instituições, quer os instrumentos da esfera pública (imprensa e partidos políticos), tal como a base da autonomia privada, a propriedade; 3) confirmam, por fim, as funções das pessoas privadas: quer as de caráter político (cidadão), quer as de caráter econômico (proprietário), mas também as funções dos indivíduos enquanto seres humanos (como é o caso da inviolabilidade da correspondência privada). (p. 18).

Além, do novo ethos iluminista, Habermas (2003) cita o papel fundamental do capitalismo mercantil do século XVIII na constituição de uma nova ordem social. Ele explica que a dinâmica de troca pré-capitalista engendra “uma ampla rede horizontal de dependências

¹⁷ Esta reflexão foi rejeitada e criticada principalmente pelas teóricas feministas, que argumentaram que tal suspensão nunca ocorreu de fato. (SILVA, 2001, p. 13)

¹⁸ “Para que este Estado forte se constituísse, foi necessário organizar uma estrutura social capaz de garantir o seu funcionamento. E para isso a família, como núcleo que se fortaleceu com o enriquecimento da esfera íntima, serviu muito bem. É a família que assume o centro das atenções nessa nova socialidade.” (TEJERA, 2006, p. 35)

econômicas que, em princípio, não se deixam mais ordenar nas relações de dependência do sistema feudal baseadas em formas de economia doméstica fechada”. O autor argumenta que esse sistema de trocas abrange *a troca de mercadorias e de informações* (p. 28-29).

Desse modo, com o passar do tempo, esse intercâmbio de mercadorias e informações (notícias) torna-se permanente, se configurando assim como uma atividade estatal. Ocorre que, as atividades e relações mercantis, antes confinadas ao âmbito privado, passam a penetrar o aparelho do Estado por meio de contratos e de um complexo sistema de impostos que visa atender às novas demandas do capital manufatureiro.

Com o aparecimento da lógica mercantilista, tanto a cooperação, quanto o conflito entre a antiga ordem feudal e a nascente camada burguesa¹⁹ engendram uma complexa rede de interdependência econômica e política que se institucionaliza por meio de uma “espécie de sistema corporativo de correspondência”. (Habermas, 2003, p. 29). Isto é, o cálculo comercial, guiado a partir das demandas do mercado, passa a requerer informações específicas sobre eventos de seu interesse com uma certa periodicidade.

Assim, os grandes centros comerciais são também locais de troca de informação. Inicialmente, essa troca ocorria mediante correios especializados e privados. Mais tarde, com a nacionalização da economia, o surgimento do Estado moderno e sua administração financeira, a ideia de “público” passa a ser sinônimo de estatal, funcionando de modo regulamentado, por meio de uma burocracia e um aparelho de polícia. Segundo Habermas:

A atividade econômica privatizada precisa orientar-se por um intercâmbio mercantil mais amplo, induzido e controlado publicamente; as condições econômicas, sob as quais elas ocorrem agora, estão fora dos limites da própria casa; são, pela primeira vez, de interesse geral. (HABERMAS, 2003, p. 33)

Esse interesse geral²⁰ passa a ser uma espécie de instância legitimadora para o qual a imprensa emite decretos e portarias a fim de autenticá-los publicamente.²¹ Nesse sentido, a imprensa se torna “sistematicamente útil aos interesses do poder administrativo” (Habermas, 2003, p. 36). Além disso, a própria produção e venda de notícias torna-se um negócio lucrativo, o que contribui para a ampliar o público leitor.

É essa instância legitimadora - notadamente a alta burguesia, que logo passa a tomar

¹⁹ Aqui trata-se apenas de grandes comerciantes. A antiga burguesia - artesãos e pequenos comerciantes - decaiu socialmente nesta época. (HABERMAS, 2003, p. 37)

²⁰ Como já foi salientado, no “interesse geral” não se incluíam as classes plebeias. (HABERMAS, 2003, p. 37)

²¹ Nem todo decreto era publicado. Havia uma filtragem feita por funcionários do Estado que decidiam quais notícias oficiais eram adequadas para o público. (HABERMAS, 2003, p. 36)

consciência de si própria e se voltar contra a própria ordem feudal que os legitimou²² - que se configura “sob a forma de opinião pública”. (HABERMAS, 2003, p. 41). Assim, para Habermas, não é a sorte ou a instrução que possibilitam o acesso à esfera pública, mas sim, notadamente, os interesses de uma burguesia que buscava garantir a estabilidade de sua propriedade frente às forças políticas do clero e da nobreza.

3.4 MÍDIAS DE MASSA E O DECLÍNIO DA ESFERA PÚBLICA BURGUESA

Profundamente influenciado pela crítica da escola de Frankfurt, Habermas (2003) prossegue a análise de seu conceito propondo a ideia de declínio da esfera pública burguesa. Segundo Habermas, a partir da metade do século XIX, com o advento dos jornais de massa, a família literária e os “salões” críticos burgueses começam a sair de moda e perdem sua função social. Além disso, à medida que cresce a massa de trabalhadores assalariados e consumidores, seus interesses passam a se tornar publicamente relevantes, o que introduz a necessidade de uma representação coletiva no circuito de poder. (p. 208). Com isso, no lugar de um público que pensa cultura, surge um público-massa que *consome* cultura.

Conforme explica Defleur e Ball-Rockeach (1993), por volta de 1830²³ surgiu um novo tipo de jornal que, se utilizando do formato já estabelecido, visava atender “a ampla base de artesãos, mecânicos e mercadores que constituíam as classes média e trabalhadora nascentes da emergente sociedade urbano-industrial.”²⁴ (p. 35). Nesse sentido, como explica Habermas (2003), a esfera pública passa a ter como função influenciar política e economicamente, isto é, assume um papel propagandista²⁵ e, com isto, se torna despolitizada e aparenta cada vez mais estar privatizada²⁶. Sua antiga função mediadora passou a ser exercida por outras instituições como partidos políticos e associações privadas. (p. 207-208).

O autor prossegue - na mesma linha de Arendt - argumentando que surge uma esfera social que não pode ser classificada nem como pública nem como privada, no sentido de que

²² O que a burguesia almejava não era uma simples partilha do poder com a autoridade vigente, mas sim a modificação da própria estrutura da autoridade feudal. (HABERMAS, 2003, p. 43)

²³ O primeiro veículo de massa surgiu em Nova York, o chamado “jornal de tostão”, que logo acabou tendo seu formato replicado por todo o mundo. (DEFLEUR e BALL-ROCKEACH, 1993, p. 35)

²⁴ É nesse período que surgem os primeiros cientistas sociais com teses que abordavam a ideia de que a ascensão dos veículos de massa influenciava profundamente as interações sociais e a psicologia dos indivíduos. (DEFLEUR e BALL-ROCKEACH, 1993, p. 36)

²⁵ Wolton (apud SILVA, 2001, p. 56) diverge da análise de Habermas. Para este autor, a mídia na sociedade de massas não só promoveu o alargamento do espaço público como deu funcionalidade ao mesmo.

²⁶ Habermas chama esse processo de “refeudalização da esfera pública”

a massa passa a ser ao mesmo tempo assalariado-consumidor e eleitor²⁷. Isto é, a esfera pública se imbrica com a esfera privada e a função política é absorvida pela indústria de consumo cultural, ou seja, tanto a propaganda política quanto a econômica passam a fazer parte de um único serviço: o consumo de cultura²⁸. (p. 208).

De acordo com Silva (2001), ocorre um processo de interpenetração entre o Estado e a sociedade. De um lado o Estado transfere parte de suas atribuições para instituições corporativas da sociedade e do outro a sociedade passa a submeter-se cada vez mais à autoridade do Estado. (p. 32). Dessa forma, esse processo rompe com o principal elemento da esfera pública burguesa, a saber, a rígida separação entre público e privado.

No século XX, com o aparecimento do rádio e da televisão, esse processo se intensifica ainda mais. Gomes (2014) aponta cinco transformações políticas fundamentais ocorridas nas sociedades baseadas na comunicação de massa do século XX. 1) a esfera política e seus agentes tiveram de se adequar à linguagem voltada para a visibilidade pública, o que inclui o desenvolvimento de novas habilidades e competências; 2) As estratégias políticas e eleitorais passam a situar-se em torno dos procedimentos de produção e consumo de imagens públicas; 3) A busca pela eficiência acaba forçando a esfera política a apelar para competências e habilidades técnicas do marketing, da consultoria de imagem e das assessorias de comunicação e opinião pública; 4) O discurso político passa a incorporar elementos do audiovisual, isto é, táticas de exibição e narração em conformidade com as demandas por entretenimento, o que inclui representações de cunho afetivos, emocionais e espetaculosos; 5) A conclusão disso é que forma-se uma nova relação entre os agentes políticos e o público. Agora, os agentes políticos se posicionam como um “vendedor” ao passo que o público passa a ser a clientela que consome seus produtos. A partir disso, infere-se que o mesmo público ora se comporta como audiência consumidora de entretenimento, ora como (nos períodos eleitorais) como eleitores. (p. 3)

3.5 AS CRÍTICAS AO MODELO DE ESFERA PÚBLICA HABERMASIANO

Desde a publicação de *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, em 1962, o conceito proposto por Habermas sofreu diversas críticas e modificações, incluindo as próprias revisões do autor. McKee (apud PINTO, 2017, p. 44), por exemplo, critica a ideia de Habermas de que

²⁷ Além disso, a família patriarcal burguesa perde a tanto a sua função educativa como a econômica, visto que ambos se tornam domínios do Estado. (SILVA, 2001, p. 33)

²⁸ Para Habermas, um dos principais elementos desse processo é a substituição do predomínio de uma linguagem crítica-racional para uma linguagem comercial-manipulativa. (SILVA, 2001, p. 34).

a colonização da esfera pública pela esfera privada só possui efeitos negativos. Em lugar disso, o autor sugere que, com a hipertrofia da esfera privada, questões culturais que antes eram confinadas ao âmbito privado agora podem ser debatidas nos espaços públicos. Ainda segundo McKee, a concepção da linguagem crítica-racional como sendo a única possível e legítima constitui um equívoco de Habermas, visto que há uma pluralidade de vozes com diferentes tipos de comunicação e expressão que não devem ser excluídas do espaço público. (apud PINTO, 2017, p. 45).

Outra importante crítica diz respeito ao caráter economicista na análise de Habermas. Partindo de uma orientação Weberiana, o historiador David Zaret (apud SILVA, 2001, p. 43) sugere que Habermas atribui um excessivo peso às variáveis econômicas em detrimento de outros fatores da vida social, como por exemplo o importante papel da religião na Inglaterra do século XVII. Além disso, Zaret (apud SILVA, 2001, p. 44) aponta que a noção Habermasiana de uma dimensão cultural separada da vida material é incorreta.

Assim, divergindo de Habermas, Zaret propõe que a esfera pública política apareceu não devido a processos de natureza econômica, mas sim a partir da reação da elite inglesa ao radicalismo e ao sectarismo emergidos na revolução gloriosa de 1688. Ou seja, “a revolta social contra certas religiões que impediam a consecução do seu ideal - uma comunidade autônoma e separada” - acarreta em princípios racionais e universais, válidos para todos. (SILVA, 2001, p. 45).

Há também outras críticas como a da concepção extremamente passiva das massas que Habermas recebe da Escola de Frankfurt sem nenhum questionamento. Mas as críticas mais importantes e conhecidas advêm das teóricas feministas. A grande figura desta linha de pensamento é a filósofa Nancy Fraser que, principalmente em seu famoso artigo *Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy* (1990), propõe algumas reformulações ao conceito lançado por Habermas em 1962.

Como demonstra Silva (2001, p. 60), o que Fraser pretende é dar uma resposta à questão deixada em aberto por Habermas, mais especificamente, qual seria a solução para o declínio da esfera pública burguesa na contemporaneidade, isto é, questionar a ideia de uma única esfera pública universal e sugerir modelos alternativos de esfera pública. Nesse sentido, as principais críticas de Fraser (1990) ao modelo de Habermas é que ele desconsidera o que ela conceitua como esferas públicas subalternas, mais precisamente, ele exclui sistematicamente a participação das mulheres (e pobres) em sua análise²⁹.

²⁹ Habermas não só aceita a crítica como reconhece que a exclusão feminina tem um caráter estruturante

Desta forma, a estrutura conceitual da esfera pública habermasiana incorpora gramáticas, linguagens e práticas essencialmente masculinistas, banindo e confinando as mulheres somente à esfera privada. E além de serem reclusas ao âmbito privado, o trabalho doméstico realizado pelas mulheres é o que dá base para que a esfera pública seja dominada pelos homens. Além disso, o pensamento feminista critica a ideia Habermasiana de que, numa discussão pública, seja possível suspender qualquer juízo de valor e os status dos participantes em prol de uma argumentação puramente racional. (FRASER, 1990; SILVA, 2001).

Dito isto, o capítulo que se segue tem como objetivo apresentar o conceito de sociedade da informação. Visamos demonstrar algumas de suas especificidades, bem como seus efeitos na economia, na cultura, na concepção de indivíduo e na democracia para em seguida, no capítulo 5, analisarmos as possibilidades de uma atualização para conceito de esfera pública pensada a partir desta nova sociedade.

4 A ERA DIGITAL

No final dos anos 60, o movimento da contracultura acreditava que as tecnologias informacionais se revelariam num futuro próximo como uma rede mundial inerentemente democrática. A tão idealizada aldeia global pós-capitalista e pós-política de McLuhan. (MOROZOV, 2018, p. 13). Essa nova cultura, difundida nos campus universitários, adotou a então recente tecnologia da interconexão como uma ferramenta de livre comunicação que libertaria as pessoas tanto dos governos quanto das corporações. (CASTELLS, 2003, p. 30). Intelectuais anunciavam “o fim das ideologias” e o advento de uma sociedade gerencial, guiada por métodos objetivos e lógicos, capazes de transcender as paixões ideológicas da

específico que se diferencia de outros grupos excluídos. (SILVA, 2001, p. 61)

Guerra Fria. (MATTELART, 2001, p. 11).

Para o otimista Pierre Lévy (1999), um dos mais influentes filósofos da informação e da comunicação, “estamos vivendo a abertura de um novo espaço de comunicação, e cabe apenas a nós explorar as potencialidades mais positivas deste espaço nos planos econômico, político, cultural e humano.” (p. 10). Já Evgeny Morozov (2018), apresenta uma postura mais crítica e diz que “[...] os sonhos utópicos, que estão por trás da concepção da internet como uma rede intrinsecamente democratizante, solapadora do poder cosmopolita, há muito perderam seu apelo universal”. (p. 15).

Atualmente, para muitos “a sociedade da informação é o principal traço característico do debate público sobre desenvolvimento, seja em nível local ou global, neste alvorecer do século XXI”. (WERTHEIN, 2000, p. 71). Lemos observa que “a tradução do mundo em dados binários vai inserir o domínio técnico na esfera do discurso e da comunicação de forma radical, criando novas tensões entre a técnica, por um lado, e a pólis, a política, por outro”. (2010. p. 22-23). Klaus Schwab (2016) intitula toda essa nova erupção de transformações como *a quarta revolução industrial*. “[...] na perspectiva da história humana [...] nunca houve um momento potencialmente tão promissor e tão perigoso” (p. 16).

Neste novo mundo, as transformações tecnológicas ampliam-se exponencialmente, interconectando campos tecnológicos a partir de uma linguagem digital que gera, processa, armazena, transmite e recupera informação. (CASTELLS, 1999, p. 67-68). Para Castells, essa sociedade, baseada em redes, se formou a partir da segunda metade do século XX, como consequência de três processos independentes que se uniram: as pressões do sistema econômico exigindo flexibilidade administrativa e globalização do capital, da comercialização e produção; as demandas sociais fundadas nos valores da liberdade individual e da comunicação aberta; e a revolução microeletrônica, com seu espantoso avanço na computação e nas telecomunicações. (CASTELLS, 2001, p. 8).

Trata-se de um novo paradigma que permeia todas as esferas da atividade humana: a *sociedade da informação*. Forma-se então uma nova organização social, econômica, política e cultural que reclama o uso intensivo das TICs para a coleta, processamento, armazenamento e transmissão de informações. (ISPER, 2020, p. 27). E a internet com todos os seus usos e implicações é a base estruturante dessa revolução. Segundo Castells (1999) Tal “revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação começou a remodelar a base material da sociedade em ritmo acelerado”. (p. 43).

Esta nova sociedade tem como elemento-chave a substituição da centralidade econômica dos ativos energéticos para os ativos informacionais, onde a informação passa a

ser sua principal riqueza, indispensável a qualquer atividade. É a passagem do paradigma industrial (material e energético) para o informacional (eletrônico-digital). (LEMOS, 2010, p. 22). Assim como a eletricidade possibilitou “a fábrica e a grande corporação como os fundamentos organizacionais da sociedade industrial, a Internet passou a ser a base tecnológica para a forma organizacional da Era da Informação: a rede.” (CASTELLS, 2001, p. 7). Castells lista cinco características fundamentais deste novo paradigma: a) A informação é sua matéria prima; b) Penetrabilidade em todos os campos da atividade humana; c) Predomínio da lógica de redes; d) Flexibilidade; e) Crescente convergência de tecnologias. (1999, p. 108-109).

4.1 CONTEXTOS SOCIOLÓGICO E ECONÔMICO

Com a crescente interdependência global surge uma nova forma de interação entre o Estado, a economia e a sociedade. Do ponto de vista político e econômico mundial, a sociedade da informação presenciou a queda do sistema soviético, o fim da guerra fria, a afirmação de um capitalismo financeiro dinamizado e a instauração de uma nova geopolítica global. Neste contexto, Castells (1999, p. 44) nos lembra de que, embora as tecnologias não determinem as transformações sociais, a forma como as sociedades dominam e estabelecem seus usos fazem parte de tais transformações. Ou seja, a tecnologia *é* a própria sociedade. E o modo pelo qual a sociedade capitalista incorporou as tecnologias da informação nos diz muito a respeito das suas consequências.

Acram Isper Jr (2020) citando Castells, diz que a partir do desenvolvimento da tecnologia e da ciência, emerge uma nova organização econômica denominada “economia informacional global e em rede”. Informacional, pois a produtividade e a competitividade tanto das empresas quanto dos Estados dependem cada vez mais da produção, processamento, armazenamento e aplicação de informações de forma eficiente. É global, porque as forças produtivas e as atividades econômicas em geral (consumo, circulação, capital, trabalho, tecnologia e mercados) são organizadas em escala global. E é em rede, pois é uma economia diretamente conectada. (p. 19).

Em 1981 a psicóloga social Shoshana Zuboff (2018) desenvolveu a noção de “mediação por computador”. Nesse estudo a autora observou que a tecnologia da informação apresentava uma dualidade fundamental que ainda não tinha sido percebida de forma completa. Zuboff constatou que as tecnologias digitais, além de automatizar operações possibilitando maior controle e continuidade, - como também fazem as máquinas industriais

tradicionais - apresentam um componente suplementar: a criação de dados; informações adicionais que funcionam como um valor excedente. Isto é, as TICs possuem a capacidade de, ao mesmo tempo, “*automatizar*” e “*informatizar*”. Trata-se da distinção entre “*inteligente*” e “*simples*”.

Assim sendo, a tecnologia da informação não apenas utiliza a informação como forma de instrução programada, como ela cria informação nova. Desse modo as TICs incidem tanto sobre os seus processos, quanto no próprio sistema de processamentos a qual está envolvido. Essa dinâmica produz ação autoreflexiva, pois a mediação por computador tornam palpáveis, visíveis e cognoscíveis eventos, objetos e processo, que agora podem ser representados simbolicamente e compartilhados de uma nova maneira. Zuboff nomeia essa capacidade peculiar de “*informate*”.

Esse processo de *informatização*, isto é, a mediação por computador, tem como consequência a ampliação da codificação organizacional, o que resulta numa extensiva *textualização do ambiente de trabalho* – o texto eletrônico. Este ambiente criou novas oportunidades de aprendizagem e, portanto, novas disputas acerca de quem aprenderia o que e como. O aprendizado - mais precisamente a qualidade do que a quantidade -, portanto, se torna a nova fonte de valor agregado do trabalho. Hoje em dia essa lógica já penetrou praticamente todos os aspectos das atividades de negócios cotidianas, do monitoramento de empregados aos processos de *marketing*. (p. 20-21).

São comuns análises sociológicas que indicam que a era da informação emerge acompanhada do chamado paradigma pós-moderno. No mundo pós-moderno ou mundo líquido não há mais um ponto referencial em torno do qual os sujeitos gravitam e se mantêm firme, mas sim variados pontos de referência instáveis que se traduzem na fragmentação da identidade dos indivíduos. (MARIO; FAVERO, 2020, p. 710-712). Em nossa época, “é possível afirmar, sem exagero, que o indivíduo como autor da própria vida é o protagonista da nossa era, quer vivenciemos esse fato como uma emancipação, quer como uma aflição”. (ZUBOFF, 2019, p. 54).

Trata-se da dissolução das rígidas estruturas e da razão iluminista como garantia da compreensão do mundo a partir de estruturas totalizantes. O rompimento com o projeto civilizatório iluminista e suas promessas de emancipação e compreensão da natureza através da ciência e da razão universalista, na qual teria como desfecho uma sociedade justa, livre e solidária. (CARDOSO, 1996, p. 64-66). Segundo Anthony Giddens (1991, p. 9) a “pós-modernidade é caracterizada por uma evaporação da *grand narrative* — o “enredo” dominante por meio do qual somos inseridos na história como seres tendo um passado definitivo e um

futuro predizível”.

Herbert Marcuse citado por Bauman (2000) diz que dentro deste novo paradigma, o capitalismo criou “uma sociedade rica, poderosa e que funciona relativamente bem” cumprindo, pelo menos em parte, uma de suas promessas para uma crescente parcela da população. Segundo o autor:

O problema que enfrentamos é a necessidade de nos libertarmos de uma sociedade que desenvolve em grande medida as necessidades materiais e mesmo culturais do homem. [...] E isso implica que enfrentamos a libertação de uma sociedade na qual a libertação aparentemente não conta com uma base de massas. (MARCUSE, 1989 apud BAUMAN, 2000, p. 22).

Tal desenvolvimento sócio-econômico, proporcionado pela criação de riqueza nas sociedades pós-industriais, vem produzindo modificações culturais profundas no campo religioso, político e nas relações de gênero. Ocorreu um gradual redirecionamento nos valores, percepções e prioridades dos indivíduos: a ascensão dos chamados valores pós-materialistas. No campo político, estes valores se manifestam a partir da emergência de grupos com aspirações mais igualitárias e tolerantes, voltados para a emancipação humana em várias frentes. (RIBEIRO, 2008, p. 104-105).

Este fato é muito bem demonstrado por Fraser em seu clássico artigo *Redistribuição ou Reconhecimento? Classe e Status na Sociedade Contemporânea* (2002), onde ela mostra que estamos diante da ascensão de um novo paradigma de justiça social centrado nas lutas por reconhecimento, isto é, na ressignificação simbólica da identidade social de indivíduos e grupos historicamente oprimidos. Tais “políticas de identidade”, como também é denominado este novo paradigma, vem prevalecendo sobre as lutas por justiça social baseadas na redistribuição econômica.

Nessa perspectiva, a internet propiciou a ampliação das pautas progressistas e identitárias no debate público, criando uma nova cultura política. Para Lemos (2010) as mudanças propiciadas pela cibercultura “estão fazendo com que possamos pensar de maneira mais colaborativa, plural e aberta.” (p. 27). Em vista disso, emerge um novo sentido de sujeito tanto na forma de indivíduo como de cidadão:

[...] existe uma enorme mudança na sociabilidade, que não é uma consequência da Internet ou das novas tecnologias de comunicação, mas uma mudança que é totalmente suportada pela lógica própria das redes de comunicação. É a emergência do individualismo em rede (enquanto a estrutura social e a evolução histórica induz a emergência do individualismo como cultura dominante das nossas sociedades) e as novas tecnologias de comunicação adaptam-se perfeitamente na forma de construir sociabilidades em redes de comunicação auto-selectivas, ligadas ou desligadas dependendo das necessidades ou disposições de cada indivíduo. Então, a sociedade em rede é a sociedade de indivíduos em rede. (CASTELLS, 2005, p.23)

Sobre isso, Castells (2016) elucida que a base desta nova cultura é o indivíduo, no sentido de que o ser, enquanto pessoa única é o principal núcleo de ação e escolhas. Desse modo, o âmago da sociabilidade não mais são as organizações coletivas, mas sim o indivíduo que, por vontade própria, decide se conectar a outros indivíduos com quem compartilha interesses. Portanto, não é uma cultura individualista, pois não se trata de um indivíduo isolado, e sim de uma individualidade concreta compartilhada em rede.

Com um olhar mais crítico, Morozov (2018) argumenta que houve um triunfo da ideologia neoliberal após a guerra fria, e com isso a anulação dos aspectos não econômicos da vida social, “fazendo com que a identidade de consumidor sobrepujasse a de cidadão”. (p. 19-20). Nessa mesma linha, José Norte Sosa (2020) enuncia que “[...] *las redes sociales han transformado la sociedad hasta tal extremo que podríamos afirmar que la noción del ciudadano como individuo político –que nunca fue espontáneo sino culturalmente factible– tiende a la desaparición*”(p. 16). Ainda neste sentido, Mario e Favero (2020) indicam que as forças de mercado absorveram e se apropriaram dos discursos emancipatórios, das pautas identitárias e das práticas ativistas.

No contexto sócio-político brasileiro, o filósofo Francisco Bosco em seu ensaio *A vítima tem sempre razão? : Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro* (2017) propõe que há em decurso no Brasil a emergência de um *novo espaço público*, derivado de três fatores: As manifestações de junho de 2013, que marcam “a instauração de uma nova cultura política da sociedade, desde então indócil, explicitando todos os seus conflitos”; o colapso do lulismo e o esgotamento da sua cultura social da cordialidade e do evitamento ao combate direto dos conflitos sociais; e a expansão e consolidação das redes sociais digitais, com toda a sua capacidade de autocomunicação e mobilização, “tornadas nesse contexto, plataforma de explicitação generalizada dos conflitos” (pp. 10-11).

4.2 CIBERCULTURA

Desta revolução emerge o que Lévy e Lemos (2010) denominam como cibercultura, um “conjunto tecnocultural [...] impulsionado pela sociabilidade pós-moderna em sinergia com a microinformática e o surgimento das redes telemáticas mundiais.” É um modo sociocultural que cria novas formas de sociabilidade e comunicação, transformando os hábitos, as relações no trabalho e no lazer, a prática, criação e consumo cultural, a produção e distribuição da informação. (p. 20-21). Em outras palavras, são as relações sociais que surgem a partir da interconexão dos seres humanos através de computadores, isto é, no

ciberespaço.

Os autores identificam três princípios presentes na dimensão política e nos processos de comunicação social da sociedade da informação, isto é, na cibercultura. 1) O primeiro princípio é a “liberação” da palavra. Trata-se da ampliação da conversação mundial por meio de ferramentas de comunicação, tais como *blogs*, *wikis*, *podcasting* e mídias sociais que vem propiciando o alargamento da esfera pública mundial e a emergência de novas formas de conversação e emissão da opinião pública, agora também em escala global.

Tal transformação da esfera midiática ocorre com o surgimento de “funções comunicativas pós-massivas”, ou seja, a capacidade de qualquer pessoa produzir, consumir e distribuir informação sem a necessidade de financiamentos robustos ou concessões de autoridades, retirando o monopólio das grandes mídias de massa na construção da opinião pública; 2) O segundo princípio é o da conexão, conceituada por Lévy como a “inteligência coletiva” (que será visto com mais detalhes nas seções seguintes). Conexão no sentido de que a liberação da emissão só faz sentido dentro de uma lógica coletiva em redes abertas e mundiais. Isto é, uma interconexão generalizada e aberta que possibilita a agregação de pensamentos, valores e ideias em escala planetária; 3) O que leva ao terceiro princípio, o da reconfiguração social, cultural, econômica e política.

Assim como o surgimento das mídias de massa a partir da invenção da imprensa levou ao aparecimento da esfera pública e acarretou mais tarde numa série de processos sociopolíticos com a inovação dos meios audiovisuais, como a televisão e o rádio, a era informacional traz consigo “formas de produção e circulação da opinião pública aberta, multimidiáticas e interativas”. Está em andamento uma reconfiguração do sistema infocomunicacional mundial, em que, pela primeira vez, há dois sistemas que se retroalimentam e conflitam: o sistema massivo e pós-massivo.

O sistema infocomunicacional massivo – a indústria cultural clássica – opera com o controle da informação a partir de um polo superior que transmite a informação para as massas. Já no sistema pós-massivo – o ciberespaço – há uma livre circulação da conversação. Assim, como demonstra o autor, o que estamos observando é o tensionamento entre esses dois sistemas, levando a uma transformação do sistema massivo e não a sua eliminação, como acreditam alguns.

Desse modo, somente com o entendimento dessa emergente estrutura político-comunicacional global, podemos conjecturar os novos desafios que a ciberdemocracia em gestação enfrentará. (p. 25-26). Outro ponto é que a cibercultura é caótica, múltipla, desorganizada e fragmentada. Isto é, não há um fundamento unificador, como uma religião

ou uma teoria política, que organize todos os elementos que compõe a cibercultura. Sendo assim, falta uma “totalidade”, uma força externa que integra todas as produções. (MARTINO, 2014, p. 28).

4.3 CIBERDEMOCRACIA

Para uma melhor compreensão do significado de ciberdemocracia vale examinar brevemente sobre os dois termos que compõem esta palavra. Como sabemos o conceito de *democracia*, um dos mais complexos e multifacetados da cultura humana, tem sua origem na Grécia antiga e deriva das palavras *demos*, que significa povo, e *kratein* que pode ser traduzido como força, domínio ou poder, sendo assim, “poder do povo” ou “governo do povo”. Em sentido estrito, a democracia pode ser entendida como uma forma de organização do Estado na qual as decisões coletivas são tomadas pelo povo por meio de mecanismos de participação, direta ou indireta, que legitimam seus representantes.

No sentido amplo, podemos acrescentar ainda que a democracia é uma maneira de convivência social em que os indivíduos são livres e iguais entre si e as relações se estabelecem mediante concordâncias contratuais. (SOSA, 2020, p. 24-25). Sendo assim, a democracia se refere ao mesmo tempo a valores e métodos. O filósofo político Norberto Bobbio (1986, p. 17-19) apresenta três condições indispensáveis à existência de uma democracia: 1) a participação direta ou indireta de um número muito elevado de cidadãos; 2) um conjunto de regras fundamentais que garanta a legitimidade das decisões coletivas, válidas para todo o grupo e 3) a possibilidade de escolha entre duas ou mais alternativas por parte dos eleitores e dos tomadores de decisão, garantidas através dos direitos de liberdade de opinião, expressão, associação, reunião, etc.

O termo *ciber*, também do grego antigo, se origina da palavra *cibernética* que significa piloto, timoneiro, aquele que dirige o timão de uma embarcação, o homem do leme. A partir das ideias de Norbert Wiener, passou a ser conhecida como uma ciência multidisciplinar que tem como premissa o estudo das semelhanças entre homens, animais e máquinas no que diz respeito a como estes exercem comunicação e controle. Ou seja, é a concepção de que os processamentos de informação e funções de controle, em máquinas e seres vivos – e de alguma forma na própria sociedade -, obedecem às mesmas leis e modelos matemáticos. (KIM, 2004, p. 200).

Segundo Martino (2014), é a ideia de que, a partir do conhecimento e domínio da informação sobre um sistema – interação entre as partes -, é possível obter controle sobre

este. Portanto, quanto maior for a capacidade de prever a informação, maior controle se terá sobre o sistema e vice-versa. Trata-se de um mecanismo de retroalimentação, mais conhecido como *feedback*.

A partir das ideias de Wiener, a cibernética deu importante estímulo à teoria da informação nos anos 60. (INSPER, 2020, 51). Lemos e Lévy, citado por Santos (2013), apontam que a cibernética pode ser entendida como a “ciência do governo”. (p. 56). Neste contexto, faz-se necessário acrescentar ainda a importância da informação como um direito político fundamental nas democracias modernas. A informação é indispensável para a participação política, para eleições e para o exercício dos interesses e soberania do povo. Se a informação recebida pelos cidadãos através dos poderes públicos é enganosa ou de baixa qualidade “*nos encontramos ante una democracia de baja intensidad*” (SOSA, p. 25).

Neste mesmo sentido, Lemos e Levy (2010) enunciam que o exercício da democracia moderna vincula-se às mídias de massa “a ponto de podermos afirmar que não há democracia sem liberdade de imprensa e de livre opinião”. (p. 55). Dito isto, podemos afirmar, de antemão, que a ciberdemocracia é um conceito teórico – e prático – que busca compreender e lidar com as implicações da sociedade da informação sobre a política e mais especificamente, sobre a democracia.

Assim, o ponto principal quando se pensa em ciberdemocracia – ou outras expressões correlatas como “democracia digital” e “democracia virtual” – é a ideia de que as tecnologias da informação e comunicação poderiam ser utilizadas para democratizar as sociedades, seja melhorando a qualidade das democracias já existentes, seja construindo um novo tipo de democracia a partir dos meios digitais. (GOMES, 2018, p. 15). Desse modo, Gomes (2007) demonstra que há, de maneira geral, uma tensão entre duas abordagens, frutos de diferentes valores e pontos de vista lançados sobre o objeto em análise.

A primeira, o autor intitula como abordagem factual da democracia digital, nesta a democracia é tida como um dado, um fato, que se move em direção a todas as práticas e atividades políticas, inclusive para aquelas de natureza digital. Assim, entende-se que há uma adaptação das instituições democráticas à realidade digital, uma *digitalização da democracia*. A segunda, denominada como abordagem prescritiva, vincula-se a ideais e modelos de democracia. Aqui, a democracia digital não é vista como sendo toda e qualquer ação de digitalização dos meios democráticos, mas somente aquelas voltadas à *correção ou reforço da democracia*, de acordo com modelos normativos. (p. 2).

Ocorre que desde o seu surgimento a premissa teórica de democracia digital é objeto tanto de corroborações como de críticas e desconfianças; estimula tanto o imaginário utópico

como previsões catastróficas e distópicas. (GOMES, 2018, p. 12; INSPER, 2020, p. 29; LEMOS, 2010, p. 21). Grosso modo, as discussões e práticas da democracia digital podem ser divididas entre os céticos de um lado e os otimistas do outro, incluindo algumas posições intermediárias.

Neste contexto, a ideia fundamental que difere as tecnologias digitais de comunicação dos meios anteriores, como a televisão e o rádio, é que, em teoria, elas oferecem potencialidades de interações e diálogos mais horizontais entre os cidadãos e os governos e para os cidadãos entre si (ISPER, 2020, p. 11). Além de ser uma ferramenta que possibilitaria a ampliação da participação popular, o controle e a transparência dos atos públicos. (DUTRA; OLIVEIRA, 2018, p. 137). Em resumo, segundo Isper:

Esse conjunto de discursos, teorizações e experimentações que empregam as TICs para mediar relações políticas, estendendo as possibilidades de participação democrática nos sistemas políticos vigentes é o que vem sendo denominado de “democracia digital” ou “ciberdemocracia”. (2020, p. 11)

Aqui, percebe-se que os conceitos, práticas e fenômenos relacionados à Democracia digital situa-se na fronteira entre duas grandes dimensões que, per se, já são imprecisas, a democracia e as tecnologias digitais. (GOMES, 2007, p. 1). Sendo assim, acaba por incluir em seu escopo variados temas relacionados à política como “liberdade de expressão”, “participação”, “desigualdade” e outros relacionados à cibercultura, tais como “internet”, “redes sociais” e “mundo digital”.

Somado a isto, há a própria complexidade inerente ao conceito de democracia, que permite múltiplos significados e assume consigo certas noções pluralistas, mesmo nos níveis de conceituação mais sofisticados e rigorosos. Assim por muito tempo a principal discussão nos estudos de democracia digital tratava-se do tipo de democracia que a tecnologia poderia nos entregar. Seria direta ou uma ampliação da democracia representativa? Funcionaria a partir de consensos ou seria uma ditadura da maioria? Deliberativista ou participativa? Questões como essa já existiam muito tempo antes das discussões atuais sobre mídias digitais. (GOMES, 2018, p. 22-23).

Como demonstra David Held em seu clássico livro *Modelos de democracia* (1987), há muito espaço para discordância quando se trata da concepção de democracia. Problemas com as próprias definições dos elementos que compõem o conceito de “governo para/pelo povo” aparecem nas discussões. Questões como Quem deve ser considerado “o povo”? Que tipo de participação se espera deles? Se governo abrange “o político”, “a lei e a ordem” e a “economia”, o que isso significa? Sob quais circunstâncias a democracia está autorizada a usar a coerção contra seu povo? Além de outras questões como o grau de instrução do povo e

as desigualdades econômicas.

No capítulo seguinte finalmente apresentaremos as conceituações, possibilidades e limites da esfera pública na era da informação. Abordaremos a noção de esfera pública (digital) para além de uma instância mediadora de interesses políticos e econômicos, demonstrando seu potencial de penetrar e constituir o cotidiano dos indivíduos. Por fim, citaremos alguns dos principais dilemas que as grandes plataformas digitais, em conformidade com o paradigma da economia da atenção, trazem ao ameaçar a liberdade de expressão, a autonomia dos indivíduos e a própria democracia.

5 O CIBERESPAÇO E A NOVA ESFERA PÚBLICA DIGITAL

Apesar de remeter a Habermas, o conceito de esfera pública ganhou vida própria, se modificou (o que faz parte de sua própria natureza) e se mesclou com diversas áreas do conhecimento. Hoje, as noções de “esfera pública digital”, “esfera pública interconectada” ou mesmo “esfera pública automatizada” estão largamente difundidas na literatura sobre comunicação e política. Assim, antes de adentrarmos na questão do ciberespaço como nova esfera pública, faz-se necessário mais alguns breves apontamentos a respeito da própria infraestrutura do espaço comunicacional e do poder na sociedade em rede já que, segundo a teorização do próprio Habermas, a categoria esfera pública é produto de uma época específica. Sendo assim, para que possamos pensar em uma atualização para o conceito de esfera pública, é necessário mergulharmos no contexto informacional em que estamos inseridos.

Como se sabe, a internet desde seu início é um arranjo midiático formado a partir de

múltiplas influências, tanto em conflito quanto em cooperação. Apesar de ter surgido como um projeto militar, logo passou a ser reconfigurada pelos seus novos usuários que vão desde *hackers* e acadêmicos até os movimentos libertários da contracultura dos anos 60. (CASTELLS, 2003). Assim, a internet não tem um centro; trata-se de uma rede distribuída, aberta e expansiva, construída colaborativamente com base em inúmeras ramificações que, ao longo do tempo, estabeleceram seus códigos fundamentais de funcionamento, os chamados protocolos de comunicação.

Silveira (2009) demonstra que “protocolos são regras que definem como os dados serão organizados, transferidos, armazenados, enfim, definem todas as regras de comunicação entre os elementos que participam da rede.” (p. 104-105). Portanto, a internet, por ter uma lógica horizontalizada, fundamentalmente, escapa às tentativas de controle tradicionais e autoritários das grandes corporações e até mesmo dos governos. Aliás, como demonstra Castells (2003), a arquitetura aberta - tanto técnica quanto social/institucional - é a principal força da internet, pois permite seu desenvolvimento autônomo e sua contínua remodelagem. (p. 33).

Contudo, não é somente a lógica horizontal que impera no domínio da internet. Como explica Silveira (2009), existe uma ambiguidade na arquitetura da internet. Se por um lado, os protocolos TCP (*Transmission Control Protocol*)/IP possibilitam que as máquinas sejam conectadas à rede, permitindo assim uma comunicação distribuída, por outro, o chamado Sistema de Nomes de Domínio (DNS)³⁰, funciona de modo extremamente hierárquico pois é gerido por uma corporação específica, Ican (Corporação da Internet para a Atribuição de Nomes e Números), sediada nos Estados Unidos. Além disso, a internet funciona a partir de camadas.³¹

Há, por exemplo, uma camada física (infraestrutura da rede) e uma camada de aplicação (onde funciona a Web). De acordo com o princípio da neutralidade da rede, uma camada não deve interferir nos protocolos e no funcionamento da outra; elas apenas podem se comunicar. Acontece que, desde pelo menos o início dos anos 2000, há uma disputa de interesse entre estas duas camadas; isto porque as operadoras de comunicação - responsáveis pelo controle da camada física - desejam o fim do princípio da neutralidade da rede, assim, os

³⁰ O DNS é uma base de dados central que armazena e distribui os nomes de domínios (o endereço de um site) na internet. Esses domínios são armazenados atualmente em 13 computadores específicos, conhecidos como servidores-raiz, que são controlados por entidades públicas e privadas. (ANASTÁCIO, 2020, p. 36-37).

³¹ As camadas da internet são as seguintes: camada de aplicação, camada de transporte, camada de rede, camada de enlace e camada física. A camada de aplicação é a mais externa e portanto está mais próxima dos usuários, enquanto a camada física é a mais distante dos internautas. (SILVEIRA, 2009, p. 107)

pacotes de informação seriam precificados de acordo com as regras do livre-mercado. Na prática, isso implicaria numa profunda modificação no modo como os fluxos de dados acontecem hoje na internet. (SILVEIRA, 2009). Apesar desse conflito, Silveira (2008) nos lembra que:

No cenário digital, da forma como a internet foi estruturada, o capital controla a infra-estrutura de conexão, mas não controla os fluxos de informação, nem consegue determinar as audiências. Também não pode impedir o surgimento de portais e sites independentes e desvinculados do poder político e econômico. (p. 33)

Nesse sentido, como demonstra Anastácio (2018) a arquitetura da rede de computadores não é somente técnica como também essencialmente política. A autora assinala que “há uma série de padrões que garantem o funcionamento homogêneo da Internet em todo o mundo” (p. 13). Estes padrões, os chamados Protocolos, são elaborados e gerenciados por diversas instituições como o Estado, empresas privadas e organizações internacionais, que apresentam diferentes interesses, de modo que o simples fato de navegarmos na Web e acessarmos um site qualquer já consiste em uma ação politizada.

Esse modelo de governança da internet, que inclui uma diversidade de *stakeholders* públicos e privados, é denominado de multissetorialismo. A governança da internet (GI) é, portanto, uma das novas formas de exercício regulatório transnacional, onde ocorre uma profunda modificação da autoridade, em que a ideia de poder público centralizado e alicerçado na noção weberiana de “monopólio da força estatal” torna-se insuficiente para explicar as dinâmicas de poder emergentes na sociedade da informação. Assim, de acordo com Holmes e Anastácio:

Em lugar de uma autoridade hierárquica e centralizada, definida juridicamente como o fundamento soberano de legitimação de qualquer regulação ou contrato [...], observa-se uma desagregação da autoridade [...], a emergência de formas de autoridade privada e mecanismos indiretos de regulação. Atores privados participam cada vez mais da formulação e da implementação de mecanismos regulatórios não coercitivos [...], que são muitas vezes baseados na coordenação de expectativas por meio da fixação de contratos [...], standards [...], formulação de rankings [...], estruturação de dados, indicadores ou realização de auditorias [...]. (2020, p. 1).

Mais ou menos nesta mesma linha, Moisés Naim em *O fim do poder* (2013) levanta a tese de que o exercício do poder, na forma como o conhecíamos, está sofrendo uma profunda mutação no século XXI. Naim argumenta que o poder não só está sendo disperso e transferido das mãos dos mais velhos para os mais jovens; dos homens para as mulheres e do ocidente para o oriente, como sua própria natureza está sendo transformada.

O autor mostra que a queda de barreiras para o exercício do poder - que vão desde regras eleitorais e acesso exclusivo à tecnologias até a autoridade moral de líderes religiosos -

está causando mudanças na economia global, na geopolítica, nas políticas locais e na demografia mundial. Ditadores, partidos políticos, multinacionais e até mesmo o Estado-nação estão assistindo o enfraquecimento de seus poderes.

No limiar do século XXI, o poder das instituições tradicionais vêm perdendo sua estabilidade: os bancos tradicionais se vêm ameaçados pela proliferação de bancos digitais mais ágeis e flexíveis; as multinacionais perdem espaço para companhias e startups jovens e inovadoras; novas crenças e seitas debilitam a influência das grandes religiões; o Estado-nação moderno enfrenta cada vez mais o avanço de organizações não governamentais e instituições transnacionais; hoje, diversos países de menor influência possuem tecnologias militares inteligentes ou mesmo explosivos caseiros capazes de ameaçar o poderio militar das grandes potências. Além disso, o próprio poder militar (a força bruta) cede lugar ao poder estratégico das inteligências. Obviamente isso não significa a extinção dos grandes atores tradicionais, mas sim a perda de grande parte de sua influência.

E essa lógica é observada não só nas instituições tradicionais, mas se insere também na cultura e nos micropoderes pessoais e individuais. Em comparação aos nossos ancestrais, hoje, mais do que nunca, a população é mais numerosa, a expectativa de vida é maior e mais pessoas têm acesso a saúde e educação. Assim, o trabalho, educação, arte, ciência e até mesmo o esporte profissional estão sofrendo transformações em suas bases devido à disseminação de novos e menores atores que afetam e fragmentam o poder estabelecido. Nesse sentido, o poder está sendo degradado; tornando-se mais frágil e instável.

Hoje mais pessoas possuem alguma forma de poder. O poder está mais fácil de se conquistar, mas ao mesmo tempo mais fácil de se perder e isso se deve não somente à ascensão da internet - embora este seja fator preponderante - mas também a diversos outros fatores como o crescimento econômico de países pobres, transformações políticas e as novas normas sociais e expectativas das pessoas.

Para Castells (2018), a sociedade em rede está modificando toda a estrutura de poder e remodelando o processo de formação de identidade dos indivíduos. Entende-se por identidade “o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, os quais prevalecem sobre outras fontes de significado.” (CASTELLS, 2018, p. 61). Pode ser entendida também como o direito “de ser quem se é no espaço público”. (MARTINO, 2014, p. 85).

No entanto, como demonstra Giddens (2002), por causa da multiplicidade de contextos de ação disponíveis e por conta da diversidade de fontes de autoridade presentes na modernidade, a escolha de um estilo de vida se torna cada vez mais importante na construção

da identidade e do cotidiano dos indivíduos. (p. 13). Nesse mundo globalizado, os indivíduos são cada vez mais postos diante da dialética entre “global” e “local”, “tradição” e “progressismo”, “crença” e “razão”.

Diante da abertura na comunicação e da aparente integração dos povos, alguns intelectuais tecno-otimistas apostaram que as sociedades se tornariam cada vez mais cosmopolitas e multiculturais. No entanto, no alvorecer da terceira década do século XXI, essas apostas parecem não fazer mais tanto sentido, pois, ao contrário do que se pensava, as pessoas estão rejeitando a desordem global e as transformações em ritmo frenético da globalização. (CASTELLS, 2018, p. 137).

Como aponta o autor, as pessoas ao redor do mundo estão se sentindo ameaçadas pelas tendências sociais globalizantes e por isso estão se organizando em comunas culturais que reivindicam o que o sociólogo conceituou como *identidade de resistência*. Identidades de resistência são constituídas por atores sociais que se encontram em condição de desvalorização perante a lógica dominante. Tais atores constroem barreiras de resistência através de princípios, discursos, condutas e códigos específicos, diferentes ou mesmo opostos aos das instituições predominantes. Segundo Castells, essas comunas culturais de resistência estruturam-se a partir de valores de cunho religioso, nacional ou territorial “que servem de refúgio e são fontes de solidariedade, como forma de proteção contra um mundo externo hostil”. (CASTELLS, 2018, p. 138)

Na visão de Baudrillard, (apud TEJERA, 2006, p. 40), o momento atual pode ser entendido mais como um esvaziamento da mídia do que uma nova sociabilidade induzida pelos meios de comunicação. Para o filósofo, os meios de comunicação tradicionais já não conseguem mais dar conta dos fatos insuportáveis da vida e com isso, intensifica-se o interesse pela privacidade alheia como forma de gerar um estímulo neutralizador. Baudrillard argumenta que antes do surgimento dessa nova realidade os atos da vida privada eram carregados por um significado, um imaginário, que agora não existem mais pois se esgotaram com a exacerbada exposição do cotidiano, restando apenas uma observação do funcionamento das coisas.

Já Maffesoli (apud TEJERA, 2006, p. 52-53) vê o mundo pós-moderno como uma combinação entre o arcaico e o contemporâneo. Para o autor, o acentuado individualismo da primeira modernidade já não tem mais lugar na pós-modernidade, pois as tecnologias da informação reviveram o antigo ideal tribalista da comunidade, porém agora sem o velho engajamento político e com pouca fé na moralidade, o que vem modificando a ideia de vida social que existia até então. No mesmo sentido, Lipovestky (apud TEJERA, 2006, p. 65)

escreve que na pós-modernidade há o desenvolvimento de uma cultura neo-individualista, ou seja, um comportamento narcísico ³²que traz consigo uma notável consideração pela saúde e pelo respeito à liberdade sexual, religiosa e política de cada um. Nesse sentido, não há mais submissão a uma moral vigente e estável, ao contrário, estabelece-se uma moral atomizada, subjetiva e interpessoal. De acordo com ele, os valores máximos dessa sociedade são a tolerância, o respeito, a autonomia e a civilidade, e nela não há espaço para sacrifícios.

Segundo Sosa (2020) nesta sociedade, o poder – na forma como o concebemos até o presente – deixa de ser monopólio da classe política e transfere-se para o povo através dos dispositivos digitais e das redes sociais (p. 28). Já Henry Jenkins (2009, p. 30-31; 2015) destaca que produtores e consumidores de mídia não são mais elementos separados, como ocorria nas mídias tradicionais. Em vez disso, passam a compor o que autor denomina como *cultura participativa*, um fenômeno em que os participantes interagem “de acordo com um novo conjunto de regras, que nenhum de nós entende por completo”, fomentando a produção e circulação cultural de cima pra baixo e de baixo pra cima, “de maneira muito mais participativa (e desorganizada)”. Seguindo esta mesma linha, outro conceito de Henry Jenkins é o de *cultura da convergência*, um processo no qual indivíduos e/ou grupos interagem compartilhando, criando e editando mensagens, ideias e valores que são lançados de volta à rede após sua transformação. Apesar da importância da tecnologia, trata-se essencialmente de um fenômeno cultural. Na cultura da convergência não existe distinção entre “alta cultura” e “cultura de massa”, pois se entende que tais diferenciações não se sustentam historicamente - o que era “popular” em algum momento pode vir a se tornar um “clássico”.

Desse modo, “para a cultura da convergência, a noção de “cultura” é dinâmica e plural, com traços de várias culturas se recombinao e modificando a cada instante.” Além disso, na cultura da convergência a noção de “meios de comunicação” é abrangente, incluindo desde as mídias de massa tradicionais, como a televisão e o rádio, até as interações no ciberespaço. No processo de convergência esses meios de comunicação se transformam e se recombinao mutuamente ao se articularem, produzindo assim novos significados. (MARTINO, 2014, p. 35-36). Neste mesmo sentido, Lévy (2010) afirma que “[...] as distinções de *status* entre produtores, consumidores, críticos, editores e gestores da midiateca se apagam” (p. 11). O autor acrescenta ainda que:

³² O Narciso pós-moderno é um sujeito fragilizado e desnortado; um indivíduo sem referências coletivas para guiá-lo e, portanto totalmente responsável por construir-se a si mesmo. (Lipovestky apud TEJERA, 2006, p. 78).

Enquanto as mídias de massa, desde a tipografia até a televisão, funcionavam a partir de um centro emissor para uma multiplicidade receptora na periferia, os novos meios de comunicação social interativos funcionam de *muitos para muitos* em um espaço descentralizado. (p. 13).

Outro aspecto importante é que, diferentemente de outras revoluções que ocorreram em regiões geográficas específicas, disseminando-se lentamente pelo mundo, a revolução digital se expandiu por todo o globo em menos de duas décadas, (ISPER, 2020, p. 27-28; CASTELLS, 1999, p. 70) de modo que, somente um pensamento globalizante é capaz de dar conta dos novos desafios da recente sociedade da informação (LEMOS, 2010, p. 22). Com base nisso, é possível delinear este quadro comparativo entre as mídias de massa tradicionais e a internet:

| Rádio-Jornais-TV | Internet |
|----------------------|---------------------|
| Unidirecional | Multidirecional |
| Baixa interatividade | Alta interatividade |
| Hierárquica | Enredada |
| Verticalizada | Horizontalizada |
| Centralizada | Distribuída |
| Linear | Hipertextual |
| Analógica | Digital |
| Nacional/local | Transnacional/local |

FONTE: SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. 2009, p. 3

5.1 CIBERESPAÇO: A NOVA ESFERA PÚBLICA?

Ciberespaço. Uma alucinação consensual vivida diariamente por bilhões [...] Uma representação gráfica dos dados abstraídos dos bancos de dados de cada computador no sistema humano. Complexidade inimaginável. Linhas de luz enfileiradas no não-espaço da mente, agregados e constelações de dados. Como luzes da cidade, retrocedendo... (GIBSON, 1984 apud KIM, 2004, p. 212).

O ciberespaço é um *locus virtual* que se manifesta a partir das tecnologias da informação e suas possibilidades. Como demonstra Vieira (2006), a digitalização não é apenas uma evolução tecnológica material, isto é, de objetos físicos concretos, mas uma nova realidade - baseada em impulsos eletrônicos – simbólica e codificada em outra dimensão do espaço-tempo. Temos então uma realidade em que o físico e o virtual coexistem a partir da configuração cibernética, cuja lógica penetra profundamente o cotidiano de nossas vidas, criando um ciberespaço-tempo que substitui as sólidas estruturas modernas industriais “pelas leves, portáteis e ágeis tecnologias eletrônicas capazes de reduzir distância e tempo aos comandos instantâneos.” (p. 1), permitindo a circulação da informação em tempo real e praticamente sem limites geográficos. Trata-se de um novo espaço de interação e significação, uma nova

realidade.

É “Uma nova mídia que absorve todas as outras e oferece recursos inimagináveis [...] Um espaço aberto, virtual, fluido, navegável.” (MONTEIRO; PICKLER, 2007, p. 5). Uma das principais características do ciberespaço é a sua infraestrutura aberta que permite a expansão e o fluxo contínuo de dados. (MARTINO, 2014, p. 29). Segundo a revista ISTOÉ (2021) atualmente cerca de 4,66 bilhões de pessoas são usuárias da rede mundial, o que corresponde a mais de 50% da população do planeta. Apesar de ainda excluir grande parte da população, toda a humanidade é “afectada pela sua lógica, e pelas relações de poder que interagem nas redes globais da organização social.” (CASTELLS, 2005, p.18).

Sem a menor dúvida, a internet se tornou hoje o arranjo midiático fundamental onde se desenrola as disputas pelo poder de Estado (SILVEIRA, 2009, p. 103), de modo que a concepção do ciberespaço como a nova esfera pública foi enunciada por diversos autores que compõem uma vasta literatura (PAPACHARISSI, 2002; BENKLER, 2006; SILVEIRA, 2009; LEMOS, 2010; LÉVY, 2012; PASQUALE, 2017; GOMES, 2018). Para Lévy (2012), por exemplo, a ideia de uma nova esfera pública no ciberespaço se justifica principalmente pelo potencial expansivo do ciberespaço em praticamente todos os domínios da vida. Nas palavras do autor:

[...] o ciberespaço é justamente uma alternativa para as mídias de massa clássicas. De fato, permite que os indivíduos e os grupos encontrem as informações que lhes interessam e também que difundam sua versão dos fatos (inclusive com imagens) sem passar pela intermediação dos jornalistas. O ciberespaço encoraja uma troca recíproca e comunitária, enquanto as mídias clássicas praticam uma comunicação unidirecional na qual os receptores estão isolados uns dos outros (LÉVY, 1999, p. 203).

Também é interessante notar que a noção de esfera pública digital acompanha o próprio panorama da história da internet: uma primeira geração mais otimista e posteriormente uma literatura mais crítica e pessimista com o que a internet vem se tornando.³³ Mais especificamente, pode ser subdividido em dois períodos: o primeiro vai da criação da *Web*³⁴ até mais ou menos o fim da primeira década do século XXI – época em que prevaleceu uma concepção otimista sobre a internet – e o segundo que se inicia por volta de

³³ Esta separação não necessariamente obedece a uma divisão temporal exata, de modo que haviam posições pessimistas na primeira geração e otimistas no segundo período. Trata-se apenas de uma categorização didática que expressa as tendências dominantes em cada época.

³⁴ A *Web* (world wide web) é uma aplicação interativa desenvolvida por Tim Berners-Lee em 1990. Trata-se de um programa navegador/editor com interface gráfica que possibilita obter e acrescentar informações de um computador para qualquer outro que esteja conectado à internet. (CASTELLS, 2003, p. 20-21).

2010³⁵ e perdura até os dias atuais, sendo marcado por uma postura mais crítica.

Dito isto, considero que a esfera pública digital atual pode ser caracterizada pela confluência de três fatores principais: a difusão das redes sociais como principal lócus de interação entre os usuários; a popularização dos aparelhos *smartphones*; e o avanço do processo de exploração, manipulação e operacionalização de uma quantidade colossal de dados, o chamado *big data*. De qualquer modo, este novo espaço vem reorganizando as noções de público e privado, de modo que “propor uma análise estática das esferas que compõem o social, objetivando identificar o perfil de cada uma, e em especial, da esfera privada, é um desafio praticamente impossível”. Ainda mais quando a investigação desses espaços sociais tem como ponto de partida um meio tão veloz quanto à internet, pois:

[...] só o ato de buscar a captura da imagem do que é público e do que é privado, com a intenção de traçar o perfil destas áreas na contemporaneidade, já daria conta das dificuldades. Afinal, quando se pensa ter registrado a representação do papel de cada uma das esferas na sociedade atual, o corpo social já se movimenta em outro sentido. [...] A agilidade com que as esferas do público e do privado se movem dificulta qualquer possibilidade de aprisioná-las em uma caixa de compreensão. (TEJERA, 2006, p. 12).

Nessa perspectiva, essa nova esfera pública digital tem como características gerais a alteração da percepção do espaço (desterritorialização, globalização) e do tempo (tempo real), além do apagamento da distinção público-privado, ou mesmo, o declínio da esfera privada (LÉVY, 2010, p.13). Em outras palavras, nas comunidades virtuais são instituídas outras relações de tempo e espaço. Pertencer a uma comunidade e compartilhar valores e interesses, não é mais sinônimo de proximidade física. Além disso, a capacidade de escolher se conectar com interlocutores com quem se compartilha interesse é uma das principais características das comunidades virtuais. Essa particularidade é um dos principais elementos responsáveis por redefinir completamente a construção das identidades na contemporaneidade. (MARTINO, 2014, p. 45-46).

Para Benkler (2006) as principais diferenças entre as mídias de massa e o que denominou como esfera pública interconectada são duas: a mudança de uma arquitetura comunicacional unidimensional para um paradigma informacional multidimensional, distribuído, isto é, em rede; e a redução drástica dos custos de emissão e sua consequente liberação do pólo da emissão da palavra com a participação ativa dos sujeitos e a

³⁵ Como foi dito, tal data é apenas um artifício pedagógico, visto que esses fatores foram gestados ainda na primeira década do século XXI. O facebook, por exemplo, foi criado em 2004 e o lançamento do primeiro *iPhone* foi em 2007, porém só foram popularizados em escala mundial na segunda década de nosso século.

relativização dos poderes da mídia de massa tradicional.³⁶ “*Together, these characteristics have fundamentally altered the capacity of individuals, acting alone or with others, to be active participants in the public sphere as opposed to its passive readers, listeners, or viewers.*” (p. 212). Em razão disso, Benkler considera que a esfera pública interconectada possui um potencial democrático muito maior que a esfera pública inserida nas mídias de massa tradicionais. (SILVEIRA, 2008, p. 31). Já Papacharissi (2002) lembra que a navegação na internet e até as discussões políticas na esfera virtual podem gerar uma falsa sensação de participação e engajamento cívico.

Como demonstra Pierre Lévy, citado por Ispier (2020), da mesma maneira que a imprensa tradicional permitiu a edificação dos Estados-Nação e o desenvolvimento das esferas públicas nacionais estruturadas a partir dos jornais, rádio e televisão, a internet permite o surgimento de um novo espaço público de interação que integra todas as mídias anteriores. “Esse novo espaço redefine radicalmente as condições da governação que provavelmente irão gerar novas formas políticas, ainda imprevisíveis.” (p. 51).

Assim, segundo Lévy (2010), esse novo espaço público situa-se dentro do paradigma da computação social, a *Web 2.0*, que “compartilha de maneira colaborativa as memórias numéricas coletivas em escala mundial”. Com a computação social os conteúdos são gerados e organizados pelos próprios usuários. Assim, a produção intelectual na era da computação social não é mais mediada pelas críticas, avaliações e categorizações de autoridades tradicionais como os jornalistas, o clero e os professores. (p. 11). A *Web 2.0* é dinâmica e está em constante transformação. (MARTINO, 2014, p. 13).

5.2 OS DILEMAS DA ESFERA PÚBLICA DIGITAL

Como vimos anteriormente, um dos principais pilares da teoria da esfera pública de Habermas é a ideia de que a formação política não se restringe a racionalidade instrumental, mas se dá principalmente a partir da linguagem, o *agir comunicativo*: interações e discussões verbais, subjetivas e intersubjetivas que produzem significados e fatos. Pois bem, para compreender a esfera pública virtual, é preciso ir além das concepções deste paradigma. Em sua tese *Um olhar transhabermasiano: a esfera pública virtual como tecnologia cognitiva*, Pinto (2017) propõe que a formação política dos sujeitos, especialmente na era da *internet*, resulta de um processo muito mais complexo que inclui não só processos abstratos ou razão -

³⁶ Para países autoritários têm se tornado cada vez mais custoso e difícil - embora não impossível - manter o controle sobre suas esferas públicas. (BENKLER, 2006, p. 212).

seja instrumental ou comunicativa – mas também o corpo e as emoções. Nesse sentido, a cognição é composta também por atividades concretas, ou seja, na interação com o ambiente.

Em outras palavras, os objetos e artefatos com os quais nos relacionamos diariamente são fundamentais na construção de nossa percepção e aprendizagem. Tais objetos, não apenas assessoram e ampliam a nossa cognição, como se tornam extensões de nós; parte integrante do nosso sistema cognitivo, o que inclui a razão, as emoções e a corporeidade.

Ou seja, os objetos que usamos nas mais variadas tarefas e problemas do nosso dia-a-dia passam a constituir o aparato cognitivo. A cognição humana é tomada, então, como um sistema inteligente e funcional, cujos instrumentos participam, ativamente, do processo cognitivo (PINTO, 2017, p. 18).

Nesse sentido, a autora assinala que a esfera pública digital é mais do que um espaço mediador. Trata-se de uma tecnologia cognitiva, sendo assim, fundamental na constituição do sistema cognitivo, e portanto da formação política. (PINTO, 2017, p. 24). Nessa mesma linha, com uma postura mais crítica, Lanier (2010), considera ser “impossível trabalhar com tecnologia da informação sem também se envolver na engenharia social.” (p. 21). De acordo com esse autor, a escolha dos designs - feito por um número pequeno de pessoas e empresas - utilizados nas tecnologias da informação não são apenas informações estéticas triviais, pois elas criam padrões que geram inúmeras consequências. Tais padrões geram o que ele denominou como “aprisionamento tecnológico³⁷”, isto é, modelos de design que priorizam certas configurações em detrimento de outras com base na facilidade da navegação, no que está na moda, no que é politicamente realizável ou mesmo simplesmente no que foi desenvolvido por acaso naquele determinado momento. O problema disso, segundo Lanier, é que estes softwares, ao representar determinados recortes, passam a exigir que as pessoas se adequem a tais esquemas e isso não só influencia nosso comportamento, como também nos torna abstratos, reduz a empatia e nos desumaniza.

Valendo-se da análise de Maffesoli, Tejera (2006) constata que, na pós-modernidade, só é possível pensar as manifestações de público e privado levando em conta a profunda inserção das ferramentas tecnológicas no cotidiano das pessoas. (p. 70). Ainda de acordo com Maffesoli (apud TEJERA, 2006, p. 53-54), essa nova ágora digital não está sujeita a nenhum tipo de regramento racionalizante, pelo contrário, ela aceita e engloba componentes afetivos e irracionais que antes estavam submetidos ao domínio privado.

Assim sendo, trata-se de uma esfera pública espontânea e caótica que acolhe em sua pauta assuntos que vão desde política e religiosidade até sexo e arte. Em conformidade com

³⁷ Para Lanier (2010) esse fenômeno se assenta no que chamou de “totalitarismo cibernético” pois aprisiona ideias, pessoas e até a própria realidade a certos paradigmas da ciência da computação. (p. 38)

esse raciocínio, Floridi (2014) propõe o conceito de infosfera, um ambiente informacional em que o mundo digital cada vez mais coloniza o "mundo real", tornando as fronteiras entre *online* e *offline* praticamente indistintas. O autor se refere a essa nova realidade como *experiência onlife*. (p. 43). Floridi ainda vai além e sugere que a infosfera não será um ambiente virtual apoiado por um mundo genuinamente "material". Em vez disso, será o próprio mundo que será cada vez mais entendido informacionalmente, como uma expressão da infosfera. Dito de outro modo, o ambiente informacional será inseparável da própria realidade material. (p. 50).

É nesse contexto de intensa associação entre o ser humano e os dispositivos tecnológicos que se insere a chamada economia da atenção - ou economia psíquica (BRUNO; BENTES e FALTAY, 2019). Partindo desse ponto, ao meu ver, a ascensão do paradigma da economia da atenção - que consiste talvez no principal elemento da configuração atual da esfera pública - se assenta em dois fenômenos relativamente recentes já citados anteriormente: a extrema redução dos custos tanto da produção quanto da emissão de informações (BENKLER, 2006; LEMOS, 2010) e a intensa associação - ou mesmo dependência - do humano a dispositivos tecnológicos (PINTO, 2017; SHOSHANA, 2019). Somado a estes, é possível acrescentar ainda um terceiro elemento, a saber, a personalização da informação. (PARISER, 2012). Segundo Bruno; Bentes e Faltay:

Por economia psíquica dos algoritmos designamos o investimento contemporâneo – tecnocientífico, econômico e social – em processos algorítmicos de captura, análise e utilização de informações psíquicas e emocionais extraídas de nossos dados e ações em plataformas digitais (redes sociais, aplicativos, serviços de streaming, plataformas de compartilhamento e/ou consumo de conteúdo audiovisual etc.). As informações que interessam ao veloz capitalismo de dados não são mais apenas os rastros de nossas ações e interações (cliques, curtidas, compartilhamentos, visualizações, postagens), mas também sua “tonalidade” psíquica e emocional. (2019, p. 5)

Para os autores, não se trata apenas de casos isolados; tal fenômeno está constituindo uma nova lógica que conecta, de modo único, tecnologia, ciência e sociedade. O que ocorre é que, com a atual avalanche de informações, a atenção das pessoas se tornou um ativo cada vez mais valioso, de modo que se fez necessário selecionar aquilo que consumimos, seja manualmente, seja por meio dos algoritmos. (PARISER, 2012, p. 38). Na leitura de Pasquale (2017), ao passo que os veículos de comunicação de massa perderam grande parte do seu controle sobre a atenção pública, houve uma fragmentação do público e com isso as *big techs* assumiram o domínio - de modo global e sem precedentes - sobre a formação das opiniões dos indivíduos. O autor nomeia essas empresas como “agentes intermediários digitais” que,

na busca da ampliação de seus lucros permitem que as informações sejam distorcidas por “trolls, bots e até mesmo governos internacionais autoritários”. (p. 17).

Isso ocorre pois, o principal parâmetro utilizado pelos algoritmos dessas empresas é a relevância do conteúdo, ou seja, seu potencial de “viralização”, o que permite a propagação de informações “independentemente de sua veracidade, integridade ou qualidade” (p. 18), constituindo assim o que o autor conceituou como “*esfera pública automatizada*”. Essa esfera pública automatizada responde a interesses mercadológicos e propagandistas - públicos e privados - muitas vezes escusos, que acabam configurando-se como forças políticas capazes de influenciar e persuadir eleitores confusos e indecisos, algo que é suficiente para decidir eleições. Pasquale (2017) constata que:

A fonte desse poder é, no fundo, o big data, ou seja, a capacidade das megaempresas digitais de armazenar e analisar dados comportamentais cada vez mais íntimos dos usuários, traçando perfis que são de grande valor para entidades comerciais, campanhas políticas, governos ou qualquer um que deseje monitorar, monetizar, controlar e prever o comportamento humano. (p. 18)

Pariser (2012), analisando o funcionamento do google, aponta que os algoritmos que antes orientavam apenas a nossa publicidade, estão começando a orientar nossas vidas. O autor explica que a nova geração de algoritmos tem um funcionamento bastante simples: ele analisa os nossos gostos e os gostos das pessoas com perfis semelhantes aos nossos e partir disso tenta fazer extrapolações com o objetivo de criar uma teoria preditiva - que é constantemente aprimorada - sobre quem somos, o que desejamos e o que iremos fazer a seguir. “Juntos, esses mecanismos criam um universo de informações exclusivo para cada um de nós – o que passei a chamar de bolha dos filtros – que altera fundamentalmente o modo como nos deparamos com ideias e informações.” (p. 11).

A partir daí, ele assinala três dinâmicas sem precedentes presentes nas bolhas de filtro: 1) a bolha dos filtros no isolam, pois age como uma força centrífuga que nos afasta; 2) a bolha é invisível, ou seja, o google não nos diz como ou por que nos mostra determinado resultado; 3) não optamos por entrar na bolha, visto que ela compõe a própria base do lucro de tais empresas. (p. 12).

Pariser (2012) prossegue explicando que este fenômeno criou um ambiente totalmente novo na internet. Um ambiente de bolhas que cria um regime de informações personalizado para cada usuário, isto é, uma espécie de autopropaganda que nos doutrina com os nossos próprios ideais. Isso afeta o senso de julgamento ao nos alienar de informações conflitantes e perigos externos. O autor ainda vai além e diz que essa nova estrutura de mídia permite a criação de muitas ligações, mas não de pontes. E isso é particularmente importante pois são

as pontes que geram nossas noções do que é “público” - o espaço que resolvemos nossos problemas que vão além dos interesses privados. (p. 16-17).

A consequência disso é que as bolhas dos filtros destroem a ética pública e a “opinião geral”, produzindo assim um espaço público fragmentado e disperso que desestabiliza a confiança das pessoas. Da mesma maneira, Castells (2018) comenta que a informação política nociva foi multiplicada com a internet, provocando a exposição da imoralidade e da corrupção que leva a uma “crise de legitimidade política”. (p. 30). Para Rouvroy e Berns (2018), essa personalização das informações, serviços e produtos gera uma “colonização do espaço público por uma esfera privada hipertrofiada³⁸” (p. 109).

Cesarino (2021), analisando o recente fenômeno que vem sendo chamado de pós-verdade, sugere que estamos passando por um momento prévio de reorganização profunda nas formas epistêmicas contemporâneas de produção da verdade. A autora demonstra que, a partir da perspectiva sistêmica ou cibernética, a convergência extensiva (global) e intensiva (personalização) entre digitalização e neoliberalismo forma um *mesmo* fenômeno que põe em ascensão um novo campo de complexidades que tem como característica profundas mudanças infraestruturais.

Nesse sentido, enquanto na estrutural sócio-comunicativa pré-digital existia uma separação clara e funcional das esferas - produzida pela própria sociedade e, sobretudo pelo Estado – na atualidade, com a progressiva convergência da digitalização e neoliberalização, observa-se uma confusão ou mesmo dissolução das fronteiras entre público e privado, conformando o que tem sido denominado, pelos estudiosos das novas mídias, de colapso de contextos. Trata-se de um momento prévio de crise de paradigma, em que não há ainda um novo arranjo que substitua a configuração moderna então desestabilizada.

Nesse contexto, a pós-verdade nada mais é que uma condição epistêmica dessa lacuna na produção de significados verdadeiros. Em outras palavras, as mediações institucionais tradicionais – como a ciência e o jornalismo profissional - responsáveis pela produção de enunciados legítimos passam por uma crise de confiança decorrente da redução do custo de se promover narrativas paralelas com status de veracidade. (p. 6) Cesarino argumenta que se esse fenômeno se dá a partir de fatores que extrapolam a lógica interna da ciência. Em primeiro lugar a neoliberalização da ciência, entendida aqui como a gradual abertura da academia ao mercado que, através da financeirização, incorpora a influência de diferentes

³⁸ Para Tejera (2006), na pós-modernidade digital, o ideal oitocentista do segredo e do íntimo como pertencentes ao âmbito privado, juntamente com toda a sua mística restritiva, é um formato social que caiu em desuso (p. 76).

grupos de interesse. E a digitalização do neoliberalismo ou neoliberalização das mídias digitais, que, através das mediações algorítmicas, penetra praticamente todos os domínios da vida.

Assim, a autenticidade dos enunciados submete-se a uma lógica mercadológica, ou seja, uma lógica de marketing performativo, principal modelo de negócio das grandes plataformas digitais. Aqui é interessante notar que do mesmo modo que a esfera pública burguesa esteve intimamente ligada ao capitalismo manufatureiro e mais tarde ao capitalismo industrial, a esfera pública digital está sendo profundamente remodelada a partir do capitalismo informacional, mais especificamente pelo seu *modus operandi* mais atual: o capitalismo de vigilância (ZUBOFF, 2019) - também chamado de capitalismo de dados ou capitalismo de plataforma (SRNICEK, 2017).

Na obra *BigTech - A ascensão dos dados e a morte da política*, Morozov (2018) demonstra que após duas décadas de otimismo com relação às potencialidades da tecnologia, o chamado “ciberutopismo”, finalmente a sociedade “entrou numa era de sobriedade digital”. As plataformas digitais, as Big Techs, estão deixando de ser vistas como instituições emancipadoras e promotoras da liberdade, interessadas em amenizar ou mesmo extinguir as barreiras que impedem o pleno exercício da democracia.

Ao contrário, agora as Big Techs estão cada vez mais sendo percebidas como uma poderosa indústria com interesses mercantis que contrariam os valores democráticos. Para o autor, as tecnologias digitais da atualidade não são apenas ciência aplicada, de modo neutro, como acreditavam alguns. Trata-se, na verdade, de um emaranhado geopolítico e financeiro que se apropria das nossas relações pessoais mais íntimas. Assim, os estudiosos desse campo adotam a visão de que a nossa sociedade digital com todas as suas falhas não é a causa do atual mundo em que vivemos, mas sim consequência dele. Em outras palavras, a ascensão dessa nova indústria é causa direta de decisões políticas como o afrouxamento de legislações trabalhistas, as flexibilizações em benefícios do capital e a demonização do estado de bem-estar social como um todo. (p. 7).

Morozov (2018) faz questão de apontar uma premissa importante em sua pesquisa: a de que essa nova ideologia promovida a partir das novas tecnologias digitais são de caráter especificamente norte-americano. É inegável que as empresas chinesas e russas têm ganhado cada vez mais força nos últimos anos. Mas também é igual verdade que tais empresas e os governos desses países se opõem mais ao velho imperialismo de Washington do que ao neoliberalismo do vale do silício. Isto é, o que eles temem na verdade é a dominação geopolítica das plataformas estrangeiras contra seus interesses nacionais; mas não vêm

problema algum no modelo hipercapitalista e monopolista dessas grandes empresas.

Assim sendo, essa nova ideologia tem origem na Califórnia e pregava que as inovações, além de proporcionar melhor qualidade material de vida, serviriam para desenvolver novas potencialidades psíquicas/espirituais no ser humano. Além disso, as crises e problemas do capitalismo poderiam ser corrigidos através de uma nova abordagem – um capitalismo mais inteligente e humanitário, com consumidores mais bem informados. Assim, a promessa é de que seria possível superar as opressões a partir das emancipações do próprio mercado.

Portanto, a burocracia estatal é considerada um alvo a ser superado em nome da emancipação. (p. 17-18). Para Morozov (2018) a prática desse discurso opera de maneira genial, pois segundo as empresas de tecnologia há soluções alternativas digitais para todo e qualquer serviço caduco oferecido pelo antigo sistema corporativista: a uber enfrenta a máfia dos Táxis; a Airbnb nos ajuda a escapar do setor hoteleiro e amazon nos oferece produtos sem ter que passar por uma loja física. Além de inúmeros outros aplicativos que nos oferecem comodidades em várias áreas da vida. (p. 19).

A crítica de Morozov é de que esta discussão tem como pano de fundo a ideia da internet como um conceito dado, neutro, que paira no ar, totalmente separada de questões geopolíticas e econômicas. É preciso escapar disso e compreender que a internet está inserida num contexto de capitalismo totalmente financeirizado. Temos, portanto, que pensar “fora da internet” e olhar para tendências econômicas efetivas como emprego, automação e financiamentos.

Nessa mesma linha, Shoshana Zuboff (2019) faz uma análise crítica ainda mais severa das consequências da nova realidade digital. Para a autora, a nova economia baseada em dados está remodelando toda a base da sociedade e inaugurando um novo paradigma que ela conceituou como *capitalismo de vigilância*. Zuboff explica que o capitalismo de vigilância é uma lógica de mercado que se vale das tecnologias digitais. Portanto, essa nova forma de capitalismo não é a mesma coisa que "digital", pois este pode assumir diferentes configurações a depender da forma social e econômica vigente. Para a autora esse ponto é importante pois as *big techs* empregam o discurso de que tais práticas são resultados inevitáveis das tecnologias. Como nos lembra Martino (2014), "dominar as tecnologias digitais, ter acesso não só à internet, mas também conhecer seus códigos e espaços está vinculado às formações do poder contemporâneo." (MARTINO, 2014, p. 50).

Essa nova lógica de mercado opera da seguinte maneira: ao contrário dos modelos de capitalismo anteriores, o capitalismo de vigilância não reivindica apenas a força de trabalho,

mas sim *toda a experiência humana como matéria-prima gratuita para conversão em dados comportamentais*. O que ocorre é que esses dados, mais do que serem utilizados apenas para ampliar a performance mercadológica, estão sendo usados para moldar o comportamento humano. Em outras palavras, “não basta mais automatizar o fluxo de informação sobre nós; a meta agora é nos *automatizar*.” (ZUBOFF, 2019, p. 23).

Paralelo a isso, Klaus Schwab (2016) recorda que desde 2014 está em desenvolvimento o que os tecnólogos chamam de computação ambiental. A computação ambiental acontece através de uma subárea da Inteligência artificial (IA) que está evoluindo em escala exponencial, trata-se dos assistentes inteligentes. Esse tipo de tecnologia interage com as pessoas por meio do reconhecimento de padrões presentes no ambiente, como por exemplo a voz humana, o que nos tornará cada vez mais integrados à tecnologia. “Cada vez mais, nossos dispositivos se tornarão parte de nosso ecossistema pessoal, nos ouvindo, antecipando nossas necessidades e nos ajudando quando necessário — mesmo que não tenhamos pedido.” (p. 23).

Em suma, resgatando as idéias de Hannah Arendt, assim como na antiguidade viver uma vida privada era sinônimo de estar banido dos assuntos públicos e, portanto, excluído da própria vida em sociedade, atualmente, estar fora do mundo virtual e principalmente das redes sociais e das grandes plataformas digitais têm significado, cada vez mais, estar afastado dos assuntos públicos e da emergente sociabilidade baseada em redes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi observado, nas últimas décadas, não só o ambiente informacional se modificou em razão dos avanços tecnológicos, mas também toda a estrutura econômica e política juntamente com a sociabilidade do indivíduo pós-moderno. Assim, a concepção de esfera pública burguesa proposta por Habermas se transformou completamente tanto no plano teórico, a partir das críticas que sofreu, quanto em sua aplicação prática, em consequência do avanço do paradigma da informação que está alterando toda a base da organização social. A esfera pública hoje se tornou mais do que um espaço de discussão racional sobre assuntos estritamente políticos ligados ao Estado e à administração da economia nacional.

Atualmente, o conceito de esfera pública se refere também a um espaço virtual simbólico de interação entre indivíduos-usuários que formam identidades e compartilham valores. Inicialmente, esse novo espaço público se estabelece num ambiente comunicacional

multidirecional e horizontal, na qual as mídias tradicionais não são mais capazes de organizar, controlar e distribuir informações com status de veracidade. Nesse contexto informacional caótico, a produção de significados foi sendo dominada pela lógica mercadológica das grandes plataformas que buscam cada vez mais capturar a *atenção* dos indivíduos.

Nesse sentido, além de alterar o ambiente comunicacional e a interação social entre as pessoas, também os corpos dos indivíduos são cada vez mais estimulados e associados às novas tecnologias digitais, o que traz grandes consequências culturais e políticas: cada vez mais a realidade política se adequa à emergente sociabilidade digital baseada na economia da atenção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Filipe; NICOLAU, Marcos. **A ascensão do livro digital e a autonomia do autor na cibercultura**. Simpósio Nacional da Associação Brasileira de Cibercultura. Universidade Tuiuti do Paraná, 2013.

ANASTÁCIO, Kimberly de Aguiar. **Localizando a governança da Internet entre o nacional e o global: operadores nacionais de nomes de domínio**. 2018.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Forense universitária, 2007.

AVRITIZER, Leonardo ...[et al.]. **Corrupção: ensaios e críticas**. 2. ed. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Jorge Zahar, 2001.

BENKLER, Yochai. **Political Freedom Part 2: Emergence of the Networked Public Sphere**. In: The wealth of networks. Yale University Press, 2008. p. 212-272.

BOBBIO, Norberto; NOGUEIRA, Marco Aurélio. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1986.

BOSCO, Francisco. **A vítima tem sempre razão? Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro**. Editora Todavia SA, 2017.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: De Gutenberg à Internet**. Trad: MARIA CARMELITA PÁDUA DIAS. 2.ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006

BRUNO, Fernanda Glória; BENTES, Anna Carolina Franco; FALTAY, Paulo. **Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma: mercado, ciência e modulação do comportamento**. Revista Famecos, v. 26, n. 3, p. e33095-e33095, 2019.

CARDOSO PEREIRA, Ana Maria. **Pós-modernidade e informação: conceitos complementares?**. Perspectivas em ciência da informação, v. 1, n. 1, 1996.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede: **A era da Informação: economia, sociedade e cultura, Vol. 1**. Trad: Roneide Venancio Majer. Editora Paz e Terra, 8ª edição. 1999.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet: Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Jorge Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel et al. **A sociedade em rede: do conhecimento à acção política**, p. 17-30, 2005.

CASTELLS, Manuel: 1 vídeo (3 min) Indivíduo e coletividade. **Publicado pelo canal Fronteiras do Pensamento**. 2019. Disponível em: <
<https://www.youtube.com/watch?v=rgmCjuNVLSg>>

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade: A era da Informação: economia, sociedade e cultura, Vol. 2**. Editora Paz e Terra, 9ª edição. 2019.

CESARINO, Letícia. **Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal**. Rev. antropol. (São Paulo, Online) | v. 62 n. 3: 530-557. USP, 2019

CESARINO, Letícia. **Pós-verdade e a crise do sistema de peritos: uma explicação cibernética**. Ilha Revista de Antropologia, v. 23, n. 1, 2021.

CRIPPA, Giulia. **Livros e Leitores: Descrever, Escrever e Ler na Idade Média.** INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – BH/MG. 2003.

DEFLEUR, Melvin L. e BALL-ROKEACH, Sandra. **Teorias da Comunicação de Massa.** Tradução: Octavio Alves Velho. Jorge Zahar Editor Ltda: 1993.

DUTRA, Deo Campos; OLIVEIRA, Eduardo. **Ciberdemocracia: a internet como ágora digital.** Revista Direitos Humanos e Democracia, v. 6, n. 11, p. 134-166, 2018.

FLORIDI, Luciano. **The fourth revolution: How the infosphere is reshaping human reality.** Oxford University Press. 2014.

FRASER, Nancy. **Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing.** Democracy Author(s): Social Text, No. 25/26 (1990), pp. 56-80

FRASER, Nancy. **Redistribuição ou reconhecimento? Classe e status na sociedade contemporânea.** Interseções–Revista de Estudos Interdisciplinares, v. 4, n. 1, p. 7-32, 2002.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade.** Trad: Raul Fiker. Unesp, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Trad. Plínio Dentzien. 2002.

GLEICK, James. **A informação: uma história, uma teoria, uma enxurrada.** Trad. Augusto Calil. EDITORA SCHWARCZ S.A - SP: 2011.

GOMES, Wilson. **Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política.** In: Maia, R. C. M.; Castro, M.C.P. (Org.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas.* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006, p. 49-62.

GOMES, Wilson. **Democracia digital: que democracia. II Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Comunicação e Política.** UFMG, Belo Horizonte, v. 5, 2007.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa.** Pia Sociedade de São Paulo-Editora Paulus, 2014.

GOMES, Wilson. **A democracia no mundo digital: História, problemas e temas.** Edições Sesc, 2018.

GUEDES, Viviane Marques. **O Jornalismo e o Fenômeno da Racionalização Moderna.** Biblioteca online de ciência da comunicação-Labcom, 2007.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública: Investigações quanto a uma categoria da Esfera Burguesa**. Trad: Flávio R. Kothe. – 2ª Ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HARARI, Yuval Noah. **Homo Deus: Uma breve história do amanhã**. Trad: Paulo Geiger. Ed. SCHWARCZ S.A: 2015

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens - Uma breve história da humanidade**. Trad: Janaína Marcoantonio. 1. ed. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2015.

HECK, José N. **O Princípio Kantiano da Publicidade na Moral e do Direito**. Síntese - Rev. de Filosofia, Vol. 36, N. 115. 285-300. BH, 2009.

HELD, David. **Modelos de Democracia**. Trad: Alexandre Sobreira Martins. Ed. Paidéia Ltda – Belo Horizonte. 1987.

HERRERO, Xavier. **Racionalidade comunicativa e modernidade**. Síntese: Revista de Filosofia, v. 13, n. 37, 1986.

HOLMES, Pablo; ANASTÁCIO, Kimberly. **Autoridade privada na governança da Internet: regimes de nomes e domínios na América Latina**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 35, 2020.

ISPER JR, Acram. **Democracia Digital: Definições de uma Nova Ciberpolítica**. Editora Appris, 2020.

ISTOÉ. **Número de usuários de Internet no mundo chega aos 4,66 bilhões**. 03 de fevereiro 2021. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/numero-de-usuarios-de-internet-no-mundo-chega-aos-466-bilhoes/>>.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. Trad: Susana Alexandria. - São Paulo: Aleph, 2013.

JENKINS, Henry. **Cultura da conexão: Criando valor e significado por meio da mídia propagável**. Trad: Patrícia Arnaud. - São Paulo: Aleph, 2015.

KIM, Joon Ho. **Cibernética, ciborgues e ciberespaço: notas sobre as origens da cibernética e sua reinvenção cultural**. Horizontes antropológicos, v. 10, p. 199-219, 2004.

LANIER, Jaron. **Dez argumentos para você deletar agora suas redes sociais**. Editora Intrinseca, 2018.

LEMONS, André; LÉVY, Pierre. **O Futuro da Internet: em direção a uma ciberdemocracia**. São Paulo: Paulus, 2010.

LEVITIN, Daniel J. **A mente organizada: Como pensar com clareza na era da sobrecarga de informação**. Trad: Roberto Grey. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

MARIO, Fabio Aurelio De; FAVERO, Marcela Bortotti. **Práticas Ideológicas de Mercado ou Pautas Identitárias?**. Farol-Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, v. 6, n. 16, p. 709-736, 2020

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das Mídias Digitais : linguagens, ambientes, redes**. Petrópolis, RJ : Vozes, 2014.

MATTELART, Armand. **A era da informação: gênese de uma denominação descontrolada**. Revista FAMECOS. Porto Alegre: nº 15. 2001

MCLUHAN, Marshall. **A galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico**. Trad: LEÔNIDAS GONTIJO DE CARVALHO e ANÍSIO TEIXEIRA. São Paulo: Editora Nacional, USP. 1972.

MOCELLIM, Alan. **Simmel e Bauman: modernidade e individualização**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 4 n. 1. 2007

MONTEIRO, Silvana Drumond; PICKLER, Maria Elisa Valentim. **O ciberespaço: o termo, a definição e o conceito**. DataGramZero-Revista de Ciência da Informação, v. 8, n. 3, p. 1-21, 2007.

MOROZOV, Evgeny. **Big tech: A ascensão dos dados e a morte da política**. Trad: Cláudio Marcondes. Ubu Editora LTDA-ME, 2018.

NAÍM, Moisés. **O fim do poder: nas salas da diretoria ou nos campos de batalha. Igrejas ou Estados, por que estar no poder não é mais o que costumava ser?**. Trad: Luis Reyes Gil. – São Paulo: Leya, 2013.

PAPACHARISSI, Zizi. **The virtual sphere: The internet as a public sphere**. New media & society, v. 4, n. 1, p. 9-27, 2002.

PARISER, Eli. **O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2012.

PASQUALE, Frank. **A esfera pública automatizada**. *Líbero*, n. 39, p. 16-35, 2017.

PINTO, Camila Moura. **Por um olhar Transhabermasiano: A esfera pública virtual como tecnologia cognitiva**. 2017. Tese de Doutorado. PUC-Rio.

PUCHNER, Martin. **O Mundo da Escrita: Como a Literatura Transformou a Civilização**. EDITORA SCHWARCZ S.A. 2017.

TEDESCO, João Carlos. **Georg Simmel e as ambigüidades da modernidade**. *Ciências Sociais Unisinos*, vol. 43, núm. 1, pp. 57-67. Universidade do Vale do Rio dos Sinos São Leopoldo, Brasil. 2007

TEJERA, Marta Helena Dornelles et al. **A esfera privada na pós-modernidade: uma análise a partir de práticas na internet**. 2006.

RIBEIRO, Gerlaine Marinotte; CHAGAS, Ricardo de Lima; PINTO, Sabrine Lino. **O Renascimento Cultural a partir da Imprensa: O Livro e sua Nova Dimensão no Contexto Social do Século XV**. *Akrópolis, Umuarama*, v. 15, n. 1 e 2, p. 29-36, 2007.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. **Valores pós-materialistas e adesão normativa à democracia entre os brasileiros**. *Revista Debates*, v. 2, n. 2, p. 103-133, 2008.

SANTOS, Adelcio Machado dos. **Gutenberg: A era da imprensa**. *Percepções*. Caçador-SC. v. 1 - n. 1. 2012.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. Trad. Daniel Moreira Miranda: 1ª Edição. Edipro Edições Profissionais Ltda. 2016.

SILVA, Filipe Carreira Da. **Espaço público em Habermas**. 2001.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Convergência digital, diversidade cultural e esfera pública. Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder**, p. 31, 2008.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. **Novas dimensões da política: protocolos e códigos na esfera pública interconectada**. *Revista de Sociologia e Política*, v. 17, p. 103-113, 2009.

SOSA, José Norte. **BIG DATA Comunicación y Política: De la democracia a la cybercracia.** Editorial Kier, 2020.

SOUSA, Jorge Pedro. **Uma história breve do jornalismo no Ocidente.** Universidade Fernando Pessoa: Centro de Investigação Media & Jornalismo. 2008.

SRNICEK, Nick. **Platform capitalism.** John Wiley & Sons, 2017.

VIEIRA, Euripedes Falcão. **A sociedade cibernética.** Cadernos Ebape. BR, v. 4, p. 01-10, 2006.

VOIROL, Olivier. **A esfera pública e as lutas por reconhecimento: de Habermas a Honneth.** Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade, n. 11, p. 33-56, 2008.

ZUBOFF, Shoshana. **Big other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação.** BRUNO, Fernanda et al, p. 17-68, 2015.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do Capitalismo de Vigilância: A luta por um futuro humano na nova fronteira do poder.** Trad: George Schlesinger. Editora Intrínseca Ltda. 2019.

WERTHEIN, Jorge. **A sociedade da informação e seus desafios.** Ciência da informação, v. 29, p. 71-77, 2000.